

Palavras-chave: Criptopórtico; Foro; Teatro; Circo; Mosaico

Key words: Cryptoportic; Forum; Theatre; Circus; Mosaic

ABSTRACT

This article surveys the myth of the foundation of Lisbon by Ulysses and its repercussions on Portuguese fifteenth-century Humanism. It also maps the urban evolution of Olisipo's opidum, identifying the various moments of its history, with particular attention to proto-Roman urbanism, of which some Punic pieces of evidence have become known. This article focuses, however, in Roman times especially after the Augustan reform, when the city was given municipal status and became known as Felicitas Iulia Olisipo. I will analyze its evolution, highlighting the main architectural and artistic remainders, as well as its development and the historical accidents that shaped it and imprinted upon it a peculiar configuration, especially during the early empire.

RESUMO

Com este artigo pretende-se – para além de se abordar de um modo genérico o mito ulisseio fundador do *topos* olisiponense e as suas repercussões no contexto do humanismo quinhentista de génese nacional – construir um discurso acerca da evolução urbanística do ópido de *Olisipo*, abordando os diversos momentos da sua história, com particular enfoque no urbanismo proto-romano, do qual se vão conhecendo já alguns testemunhos púnicos. O cerne deste trabalho, todavia, centra-se na época romana e a partir da reforma augustana, provavelmente encetada como consequência da atribuição do estatuto municipal a esta cidade que tomou a designação de *Felicitas Iulia Olisipo* e a sua evolução ao longo do tempo, realçando-se a análise dos principais vestígios arquitectónicos e/ou artísticos subsistentes, bem como o seu desenvolvimento e as vicissitudes históricas que lhe foram modelando o fâcies e impuseram um distinto prospecto, sobretudo na época baixo-imperial.

«O ÚLTIMO PORTO DE ULISSES»: história, urbanismo e arte de *Felicitas Iulia Olisipo*

Maria Teresa Caetano*

Por que motivo um arquitecto pode definir belo um certo edifício, uma vez que tenha feito corresponder o aspecto exterior à sua ideia interior? Porque, prescindindo das pedras com que foi construído, o edifício externo não é mais do que aquela ideia interna distribuída na dimensão perceptível da matéria. Unidade indivisa, a forma interna manifesta-se como multiplicidade.

(Plotino, I.6.3., in Lombardo 2003, 210)

Não se ambiciona com este trabalho operar novas teses acerca do urbanismo ou da arte de *Felicitas Iulia Olisipo*, mas, antes pelo contrário, pretende-se, tão-somente, intentar uma sistematização, recorrendo-se amiúde à História, no sentido de melhor se enquadrar os escassos elementos artísticos e/ou arquitecturais que subsistem, derivando alguns deles do conhecimento acumulado ao longo dos séculos e que nos foram legados pelas fontes histórico-literárias. Até porque, cidade de muitas cidades, mercê das vicissitudes dos homens, dos tempos e, até mesmo, de impiedosos fenómenos da natureza a nossa visão do ópido de *Olisipo* até à *Felicitas Iulia* romana, desde a reforma augustana até à antiguidade tardia, resume-se a uma série de imagens reduzidas que apenas nos permitem obter uma visão muito incompleta e sincopada no que respeita à sua arte, à tipologia da sua arquitectura e sequente integração espacial no acidentado tecido urbano da cidade, o que dificulta sobremaneira o papel do historiador da arte.

Por seu turno, a evolução das ciências históricas e a sua implementação mais ou menos sistematizada no terreno (desde, sobretudo, o trabalho do antiquariato dos séculos XVI, XVII e XVIII, passando pelo labor dos olisipógrafos

* Doutoranda em História da Arte da Antiguidade na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal

oitocentistas e da primeira metade da centúria seguinte e com o recurso à arqueologia aplicada nas últimas décadas) têm contribuído, de modo inequívoco, para que, hoje, se desfrute de *Olisipo* uma panorâmica mais consistente, ainda que bastante generalista e incompleta. Talvez por isso, começa este estudo com uma abordagem ao mito subjacente à criação do *topos* olisiponense, desde a sua pseudo fundação pelo lendário Ulisses, o herói grego que, não só venceu os troianos, mas venceu, igualmente, o medo do Oceano desconhecido e, navegando para além das colunas de Hércules, abrigou-se na foz do Tejo onde erigiu o seu ópido que foi também fenício e púnico, mas foi sobretudo romano. *Felicitas Iulia Olisipo*, assim a baptizou Augusto, o primeiro imperador de Roma e, no seguimento de uma política de Estado, reformou o velho povoado que foi crescendo até ao advento de um *mundus novo*. As crises do século III e as invasões germânicas modificaram-lhe o prospecto, mas conservaram-lhe a alma reacomodada às novas realidades, pelo que, quando nos começos do século VIII os árabes a tomaram e, em 1147, quando os cruzados aqui chegaram, todos eles se espantaram com o colorido e a fortuna desta cidade.

1. De Ulisses a Olisipo: o itinerário mitómino de um *oppidum* na finisterra ocidental

«O astuto capitão Vlysses, inda que na casta Penelope não tinha que temer semelhantes erros, nem porque deixar suas Ilhas, o mar lhe foy tão contrario, que dando com elle em varias partes, o fez chegar ao estreito de Gibraltar, & saindo ao mar Occeano, foy dobrando as prayas de Lusytania, té entrar pella corrente do Tejo, tão namorado de suas agoas, que esquecido da propria terra, quis fazer natural a em que apportara, que nenhua há por estranha que seja, que o varão prudente não ache accommodada com sua natureza (...) aportou nella Vlysses com alguas embarcações, que as ondas do mar lhe deixarão ysentas da tempestade, e subindo, como dissemos, pellas claras ondas do Tejo, sayo em terra conuidado (como se pode julgar) do quieto porto, em que tinha as nãos seguras, & da fertilidade, que na terra via, pera refazer os corpos cansados, por tão largas nauegações. Aqui esteue o prudente Capitão descansando muitos dias, no fim dos quais querendo leuantar as uellas para se tornar a Ithaca, achou as uontades de seus companheiros tão alheas neste particular da sua, que uendosse com pouco remedio, pêra se tornar só a Grecia, escolheo por menos mal escolher o

parecer, & desejo dos mais, começandolhe a fundar hua formosa cidade, junto do proprio Tejo (...). Acabada por Vlysses a grande machina do tempo, pos as mãos na obra da cidade, fortificando-a com os melhores, & mais fortes muros, que naquelle tempo se costumauão, repartindo a obra por varias companhias da gente, pera com a interpollação do trabalho, o não sentissem tanto, deste modo concluiu Vlysses breuemente a sua pouoação, dandolhe (como quer Solino) seu proprio nome, do qual se chamou Vlysseia, ou como lhe chama Plinio Olysippo (...). Foy tão grande o contentamento que Vlysses teue desta pouoação, que esquecida a fellicidade, & quietação de seu Reyno, punha todas as suas forças em prosperar, e engrandecer o que de nouo fundaua: & refazendo as embarcações destroçadas, se occupauão em pescar no Tejo, a variedade de grandes & sabrosos peixes, que em si cria, de modo, que quanto mais estauão na terra, tanto menos causas se achauão pêra se lembrar da sua» (Brito 1973, 65v-66).

Os mitos assumiram, ao longo dos tempos, características mágico-simbólicas que, para além de agirem como catalisadores sociais e religiosos, foram evoluindo conforme as necessidades próprias das comunidades, quer acrescentando novos episódios, quer omitindo partes das diegeses, quer, ainda, criando narrativas complementares, tudo isto de forma a melhor se contextualizar igualmente o momento histórico vivenciado pelos seus actores, perpetuando-se, assim, na *memória colectiva* e idiossincrática. Muitas delas, no entanto, foram compostas, ou acabaram, em determinado momento, fixadas, por uma elite letrada que encontrou, também no *topos* olisiponense, abençoado por uma farta natureza, inesgotável fonte de inspiração, cuja *phantasia* depressa se sobrepôs à objectividade da razão, metamorfoseando-a em corpóreas *certezas*. Todavia, ao contrário dos gregos, cuja cosmogonia era bastante complexa e, por vezes, belicosa, os romanos – talvez pela sua origem rústica – apresentavam durante aqueles tempos remotos um universo divino simples e descomplexado, bastamente arreigado à vida campestre e ao ciclo das estações, tendo por isso encontrado o seu grande mito na fundação de Roma, a criação do seu *topos*. Contudo, após terem estabelecido contactos próximos com o mundo helénico foram-se abeberando da mitologia grega e, ainda que não se modelassem completamente a este fenómeno, pois tornaram-se prolíficos na lenda histórica que usaram como um subterfúgio eficiente:

«Partindo de acontecimentos, por vezes até mesmo da topografia, sugerida por um acidente geográfico, como um lago ou rochedo, ou por um monumento, como uma estátua, o espírito romano integrou narrativas na

sua História oficial e transformou-as em acontecimentos de referência que se tornaram modelos de comportamento relativamente à pátria. Assim, elencavam uma série de acontecimentos tidos como históricos mas ao mesmo tempo imbuídos de carácter lendário, preenchendo a lacuna mitológica que se faz sentir na cultura romana. Se não aconteceram, poderiam muito bem ter acontecido, para não dizer, deveriam ter acontecido. Na verdade, é mesmo de pragmatismo e de paradigma que se trata. Tudo deve ter como objectivo um modelo de acção que deve inspirar todo o bom cidadão romano» (Rodrigues 2005, 14-15).

Foi já desde a antiguidade clássica que se teceram peculiares narrativas, acerca de um *oppidum* que, localizado muito para além das Colunas de Hércules, agiu como um caminho para a periferia do mundo conhecido. Mas então assentando-se orgulhoso, nos limites extremos da ocidentalidade, vivia-se a *finisterra* e olhava-se a imensidão de um oceano ainda por descobrir. Este facto, contudo, carregou, devido à excelência da sua geografia, da imponência do seu porto, da abundância de gado e da fertilidade dos seus campos, uma efabulação que encontrou no historiador romano Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.) digno intérprete, quando afirmou, como inquestionável verdade histórica, que, num monte próximo do ópido de *Olisipo*, as éguas, fecundadas pelo favónio davam à luz os potros mais velozes que se conheciam, porém, aqueles não viviam mais do que alguns anos (Almeida 1985, 3)!. Para Mendes de Almeida, esta descrição de *Olisipo*, mais do que se enredar numa lenda, procurou demonstrar a «fama» daquela cidade, ou, como se alonga Aires Nascimento, o «epónimo é-lhe atribuído em percurso de evocação e apropriação e não por razões de fundação; no entanto, por mais objecções que se coloquem relativamente a uma dependência do nome de Lisboa relativamente ao de Ulisses, não é menos certo que, em tempos marcados, a comunidade humana (...) se reclamou desse nome para se prevalecer de títulos de glória» (Nascimento 2006, 1).

Outros autores antigos retiveram também este fenómeno, como, por exemplo, Plínio-o-Velho (23/24-79 d.C.), que na sua *Naturalis Historia*, escreveu: «*Constat in Lusitania circa Olisiponem oppidum et Tagum amnen equas faunio*

I Este autor identifica o Monte Tagro com Monsanto, de Monte Santo, nas imediações da cidade de Lisboa, ao contrário de outros estudiosos, que fazem coincidir aquela montanha com a Serra de Sintra, e com os quais estamos de acordo.

flante obuersas animalem concipere spiritum, idque partum fieri et gigni pernicissimum ita, sed triennium uitae non excedere» (8, 166, in Guerra 1994, 36). Virgílio, no canto XVI, da *Ilíada* (versos 148-151), mencionou «os velozes cavalos Xanto e Balio, conduzidos por Automedonte, foram concebidos do vento Zéfiro, que os apascentava num prado junto do curso do Oceano»; mais tarde, já no século IV, o cristão Lactâncio, ao justificar o milagroso nascimento de Jesus, afirmou, como verdade irrefutável, «se todos sabem que não é raro alguns animais conceberem do vento ou das brisas, causará admiração se dissermos que a Virgem concebeu do espírito de Deus, a quem tudo é permitido?» (*A Verdadeira Sabedoria*, Livro III, in Almeida 1985, 4). Avieno, na sua *Ora Marítima*, redigida por volta de 350 com base num périplo massiliota do século VI a.C., menciona o Cabo da Roca e a entrada da imensa baía em que desagua o Tejo nos seguintes termos: «Depois emerge o promontório de Ofiússa. Do cabo Aruio até estes locais dista uma viagem de dois dias». Numa passagem anterior da sua descrição, referiu o «Oceano povoado de monstros» (Avieno 1992, 20) e, aqui aportados, recordamos, uma vez mais, Plínio-o-Velho quando aludiu ao envio de uma embaixada de olisiponenses ao imperador Tibério, com a notícia de que, numa gruta daquela costa, se avistara um tritão e, mais ao longe, se tinha visto e escutado o canto agonizante e triste de uma Nereida (Plínio-o-Velho, 9,9 in Guerra 1995, 39).

Retornando à questão primordial sobre os textos que atribuem a fundação da cidade de Lisboa a Ulisses, sobressaem algumas outras referências, como, a de Gaio Júlio Solino que, no século III, referiu na sua *Collectanea rerum memorabilium* o «ópido de Olisipo, fundado por Ulisses» e, de épocas mais tardias, designadamente da primeira metade do século V, ficou o testemunho de um erudito africano, Marciano Capela. Nas suas *Etimologias*, Santo Isidoro de Sevilha (séculos VI-VII) afirma que «*Olisipo* deve a Ulisses fundação e nome» (in Almeida 1985, 10). Para além de algumas outras evocações medievais (cfr., v.g., Nascimento 2006), destacamos, em 1147, e em contexto da Reconquista cristã da *Ulixbona* islâmica, a passagem da *Carta de Arnulfo a Milão bispo dos Morinos*, onde o cruzado afirmou, «conforme contam as histórias dos sarracenos, foi edificada por Ulisses depois da destruição de Tróia e, construída sobre um monte, é pela estructura admirável das suas muralhas e das suas torres, inexpugnável por forças humanas» (in Oliveira 1936, 114), pois Arnulfo, ao atribuir tal narrativa aos *sarracenos*, poderá, de algum modo, indiciar que este mito odisseico, de remotas origens, como vimos, aliás, perpassou a Antiguidade,

sobreviveu aos controversos tempos que lhe seguiram e encontrou também o seu próprio espaço na cultura tardo-romana e medieval, pois, na verdade, o tal falso acontecimento, já há muito, se havia, transmudado em incontestado factio pelos próprios romanos.

Será, igualmente neste contexto que o cruzado Osberno, na epístola que comumente lhe tem sido atribuída, ainda que mais recentemente se venha a identificar como seu autor Arnulfo de Glandeville, referiu «*Quo ab Ulyxe opidum Ulyxibona conditum creditur*», e «*In cujus pascuīs equae lasciviunt mura fecunditate nam aspiratae favoniis, vento concipiunt es postmodum sitientes cum maribus coeunt*» (in Oliveira 1936, 59-60). Mas, por outro lado, se ambos os cristãos assumiram estes mitos como verdadeiros, o pseudo-Osberno referiu-se ainda – ao narrar uma prevalência histórica – que, em Sintra, existia «uma fonte puríssima, cujas águas, a quem as bebe, dizem, abrandam a tosse e a tísica; por isso quando os naturais dali ouvem tossir alguém, logo depreendem que é um estranho» (in Oliveira 1936, 59). Na verdade, num cume do antigo *mons sacer*, subsistem vestígios, junto a uma fonte de águas de boa temperança, de um castro proto-histórico de influências púnicas, que, mais tarde, os romanos perpetuaram tendo eventualmente erigindo no local um templo devotado ao culto das águas – do qual se conhecem, hoje, dois grandes fustes de coluna de mármore (Ribeiro 1983, 350)² – e que, depois, os cristãos renovaram sacrili-

2 A água é fonte da vida, regeneradora, purificadora, ou, tão-somente, a água que sacia a sede e transmuda frágeis caules em troncos vigorosos que tem, desde imemoriais tempos, alimentado imaginários colectivos e adquirido virtudes supra-naturais, ou mesmo divinas. Por isso, a «água assumiu desde sempre um papel de grande importância para todas as civilizações, sendo que algumas desenvolveram mitos e pensamentos filosóficos que a concebiam como origem do Mundo. No antigo Egipto afirmou-se a cosmogonia heliopolitana e na Grécia a filosofia pré-socrática de Tales de Mileto. A primeira concebia a formação do mundo a partir das 'águas primordiais – o Noun, de onde emergiu Atoum. O demiurgo 'Pai dos deuses' da eneade; a segunda concebia a água como origem de tudo, substância primordial do Universo imutável no fluxo de tudo o que existe, «animada por uma força activa, vivificadora e transformadora» (Mourão, no prelo). Água que no Antigo Testamento é igualmente fonte da vida, mas também da morte quando devasta e quando ganha poderes maléficis. As *águas da morte* castigam os pecadores, como sucedeu com a Primeira Praga do Egipto: «*Moisés e Aarão cumpriram a ordem do Senhor. Sob os olhos do Faraó e sob os olhos dos seus servidores, Aarão, levantando a vara, feriu as águas do rio, e todas as águas do rio se transformaram em sangue. Os peixes do rio morreram, as águas do rio ficaram infectadas e os egípcios não as podiam beber. E, em vez de água, só havia sangue por todo o Egipto*» (Éxodo 7, 20-21). Na Bíblia patenteiam-se ainda outras passagens relativas a esta temática: «*Salvai-me ó Deus, porque as águas quase me submergem. Estou-me afundando no abismo profundo, onde não há ponto de apoio; entrei no abismo de águas profundas e já as vagas mar cobrem*» (Salmos, 69, 2-3); e «*Mas os ímpios são como um mar encapelado, que não se podem acalmar, cujas ondas revolvem lodo e lama*» [Isaías, 57, 20 (Bíblia Sagrada — Nova Edição Papal, C. D. Stampley Ent., Inc., ed. 1974)].

zando o local, ao erguer ali pequena ermida devotada à mártir Eufémia, junto à própria pegada da santa, «onde rebentou uma fonte cuja água é muito milagrosa» (Jordan 1874, 14)³. Enquanto noutro cume extremo serrano, sobre agreste e fragoso cume aberto ao mar, uma outra ermida, esta associada às passadas da burrinha de Nossa Senhora, assumiu na tradição de toada oral o reconhecimento da existência de «água benta» que se poderá ter consumado na erecção, em 1739, de uma fonte dedicada à Virgem da Peninha, feita pelos romeiros vindos de Lisboa (Caetano 1999, 36).

O humanismo luso recuperou magistralmente o mito odisseico, sobretudo no contexto da expansão ultramarina, e com base no suposto epónimo com o mítico viajante grego – de quem terão herdado a *uirtus* –, pois os portugueses foram os únicos capazes de transpor finalmente o «abismo sem fim» referido no périplo massaliota, dando *novos mundos ao mundo*. Por conseguinte, a hipotipose não se resume aos «muros Vlisseos» da épica camoniana (Camões 1572, c. III, 47v.), mas, *ipso facto*, surge objectivamente no próprio contexto do antiquariato. Assim, e a mero título exemplificativo, refiram-se os primordiais escritos de André de Resende inspirados na *Geografia* de Estrabão, e por isso, *legitimados*, que contemplou em «*lbi oppidum Olisipo ab Ulysse conditum*» (Resende 1790, L. I, 14); de Damião de Góis, in *Urbis Olisiponis Descriptio*, com primeira edição em 1554, onde se interroga quem terá sido o primeiro fundador de Lisboa e, prudentemente, contorna a questão, sem todavia a enjeitar; porquanto se lhe reporta nos seguintes termos: «Os escritores mais antigos incluem-na, porém, entre as mais antigas cidades de Hispânia. Varrão chama-lhe *Olisiponem*; Ptolomeu, *Oliosiponem*; Estrabão dá-lhe o nome de *Ulisseam* e parece atestar, baseado nas palavras de Asclepiades Mirliano, que foi fundada por Ulisses (...). Diz até que em Lisboa se encontravam então pendurados no templo de Minerva determinados objectos, tais como escudos, festões e esporões de navios, alusivos às viagens de Ulisses» (Góis 1988, 34) ou como, mais tarde, irá repetir frei Bernardo de Brito; e o tratadista Francisco de Holanda, logo no primeiro capítulo *Da Fabrica que falece ha Cidade De Lysboa*

3 Acerca deste assunto vide também (Ribeiro 1983, 350), reportando-se ainda acerca da antiguidade da actual fonte de Santa Eufémia que «Castro (1842 359, 2.^a col.) refere que o bispo D. Luís Coutinho, personagem falecido em meados do século XV, se retirou a dada altura para a villa de Cintra, a fim de buscar allivio ao seu mal de lepra [já muito adiantado] no uso dos banhos, que há na serra, denominados hoje de St.^a Eufémia; porém, como era seu (mau) hábito, omite Castro a fonte onde recolheu (?) tal informação, a qual resulta assim quase totalmente destituída de real valor documental...».

(1571), escreveu: «Ulisses, vindo da guerra de Tróia, edificou Lisboa, que foi quase no tempo de Abido rei de Espanha», e acrescenta «quer a fundasse Ulisses, quer Hércules Grego, quer outro capitão grego ou cartaginês (por que o certo não se sabe certo)» (Holanda 1571, 4r.-4v.).

Foi, todavia, frei Bernardo de Brito (1569-1617) quem – em contexto de domínio filipino – usou o mito de Ulisses como arma política de génese nacionalista, servindo, também, mais tarde, os interesses do Portugal Restaurado, reforçando-se deste modo a identidade nacional (cfr. Alves 1996, 569-574). Por conseguinte, na sua *Monarquia Lusitana*, dada à estampa em 1597, este autor embrenhou-se numa intrincada teia descritiva, para a qual procurou ainda inspiração noutras narrativas de génese antiga. Assim, para além da menção à edificação do templo dedicado a Minerva por Ulisses, a sua deusa protectora, encontrou igualmente inspiração no mito latino do rapto das Sabinas (Pereira 1984, 22-32; Montanelli 2006, 14-15), quando afirmou que o rei local, depois de persuadido das suas boas intenções, ofereceu mulheres aos marinheiros gregos, para que a cidade fundada por Ulisses frutificasse no tempo (Brito 1973, 66v.). Importa ainda, nesta breve resenha, referir que esta relação entre o lendário herói da *Odisseia*, cuja falsa mimese onomástica entre aquele que combateu e venceu as guerras troianas e o ribeirinho *oppidum* de *Olisipo*, na *Lusitania* ocidental, se entranhou profundamente neste período tardo-quincentista numa linguagem alegórica de cariz erudito, provando-se assim a sobranceria lusitana sobre o invasor espanhol.

Este fenómeno uliseo poderá, de igual forma, ser confirmado através do esforço do capitão Marinho de Azevedo, em obra publicada já em 1652, não só em provar a origem do topónimo desta cidade e as «causas que houve para se corromperem os nomes antigos de Lisboa, e ter o que hoje conserua, e outras etymologias delles» (Azevedo 1652, 155), mas sobretudo demonstrar que a cidade traçada por Ulisses na borda do Tejo foi, de facto, a única erguida pela personagem homérica na Ibéria, contrariando as teses espanholas, que viam em Málaga uma segunda Ulisseia, argumentando que «as tempestades arrojaram Vlissee ao Oceano, & declara o poeta que foi em noue dias do mar de Sicília ao Atlantico, sem tomar outro porto, senão o nosso: pelo q nesta occasião, não podia elle fazer fundação na costa de Andaluzia, nem tomar porto junto a Malaga, donde dizem, que fez a Vlisseeia por ser do mar Mediterraneo» (Azevedo 1652, 160-161). O capitão, todavia, não nega que Ulisses tenha deixado o Tejo e efectuado outras incursões atlânticas, tendo nas suas aventuras

atingido a costa francesa, a Flandres e a Caledónia e que, inclusive, ultrapassou a linha equinocial e que nesses locais dedicou algumas aras a Minerva e a outras divindades «pelo bom sucesso destes descobrimentos os quaes deixaria de proseguir temendo os baixos, bancos & restingas daquelles mares» (Azevedo 1652, 158), retornado, por isso, ao porto da sua cidade.

Para estes humanistas, bem como para alguns outros autores coevos, que omitimos por razões óbvias, a atribuição do primeiro traçado de Lisboa a Ulisses adquiriu inestimável valor simbólico, inequivocamente associado, em sentido lato, à alegórica predestinação lusitana, pois, só aos descendentes do semi-deus a História permitiria, um dia, a proeza de unir o Tejo, o Indo e o Ganges num único e imenso rio, como constaria na pseudo-epígrafe que o nosso frade afirma ter-se descoberto no termo de Sintra, no tempo do rei D. Manuel:

VOLVENTVR SAXA LITERIS ET ORDINE RECTIS,
CVM VIDEAS OCCIDENS ORIENTIS OPES,
GANGES, INDVS, TAGVS, ERIT MIRABILE VISV,
MERCES COMMVTABIT SVAS VTERQVE SIBI

Ou seja, na tradução do próprio Bernardo de Brito: «quando os Reynos Occidentais virem em si as riquezas do Oriente, se descobrirá esta pedra, & ficarão as letras della direitas, será cousa maravilhosa, ver o rio Ganges, o Indo, & o Tejo, comunicar entre si as riquezas, que cada hum cria» (Brito 1973, 67v.).

2. Do *oppidum Olisiponensium* a *Felicitas Iulia Olisipo*

Deixando, por agora, o mito de Ulisses fundador e a sua importância, como vimos, ainda que sumariamente, no contexto da identidade do Portugal Moderno – tal como, noutro sentido e, por aqueles mesmos tempos, se foi contextualizando uma simbólica sebastianina – e atentando à etimologia de *Olisipo* encontramos, hoje, um largo consenso e ainda desconhecendo-se o real significado do radical *Olis-*, que poderá ser «cidade fortificada» ou «colina fortificada» (Ribeiro 1989-90). Mas, no que concerne à terminação em *-ipo*, esta aponta-nos para uma possível origem ibérica não indo-europeia, talvez túrdula (Silva 1944, 40-41; Maia 1982-83, 97; Alarcão 1983, 68; Id. 1988, 124; Mantas 1990^a, 160; Id. 1996, 349), uma vez que integra um grupo de topónimos, o qual, segundo vários especialistas, será próprio do universo orientalizante, com

numerosos casos observados sobretudo no sul da Península Ibérica (Maia 1982-83, 99; Ribeiro 1989-90; Fabião 1993, 145-146). E Torres Ortiz vai ainda mais longe, ao afirmar que examinados os «datos de tipo lingüístico, se pode afirmar que en la desembocadura de los rios Tajo y Sado existen una serie de toponimos em -ipo que devem ser forzosamente relacionados com las poblaciones tartessicas delle valle del Guadalquivir» (2005, 205). Apesar destas menções, e de serem escassos os vestígios materiais associados ao ópido que se assentava, então, no morro do Castelo de São Jorge, muito possivelmente o seu (proto) urbanismo – ao contrário do das citânias nortenhas – ordenava-se em sucessivos alinhamentos de casas rectangulares (Alarcão 1986, 76). Todavia, o nosso conhecimento actual do primitivo povoado é bastante fragmentário e não se afigura ainda totalmente clarificada a ligação entre os vestígios materiais da *Idade do Ferro* que, já naquelas remotas eras se encaminham para um vínculo mediterrânico (Fabião 1992, 143), com os materiais dos séculos VIII-VI a.C. provenientes de Santarém, de Almada e de Lisboa (conforme os indicadores disponíveis recolhidos sobretudo nas encostas sul e sudoeste do morro do castelo e imediações da Sé), e a sua interacção com os movimentos coloniais fenícios, presentes na zona, pelo menos desde o século IX a.C, ou mesmo anteriores.

Naturalmente, tem-se acreditado que a instalação de entrepostos – ou melhor – de colónias fenícias ao longo da fachada ocidental da Península, bem como noutros territórios, decorreu de forma pacífica ainda que recentemente Wagner – com quem, aliás, estamos de acordo – tenha colocado algumas reservas em relação ao acolhimento pacífico dos indígenas à chegada dos fenícios. Na verdade, Wagner ainda que não refute definitivamente esta hipótese, acredita, tal como tem sucedido ao longo da História, que qualquer acto colonizador é, por definição, violento. É violento porque, mesmo que a ocupação território não tenha sido ganha à ponta da espada, subsistem outras manifestações de força por parte do colonizador, que passam, para além do exercício da autoridade, pela imiscuição num quotidiano sócio-cultural e económico pré-estabelecido e regulado, quer seja através da eliminação dos opositores ou da sua simples redução à escravatura, quer seja através da destruição das paisagens e apropriação dos recursos locais, quer seja ainda através alteração das relações sociais, inclusive afectando os modelos e hábitos de trabalho (Wagner 2005, 177-192). E aqui aportados lembramos que os fenícios haviam instalado diversos entrepostos ao longo do «mar interior» e que, junto

ao estreito de Gibraltar, está atestada a sua presença em *Gadir* (Cádiz), no sudoeste da Península Ibérica, já desde os séculos IX-VIII a.C., de onde, entre outros produtos, se procederia à redistribuição, designadamente das cerâmicas gregas, ao longo dos principais rios da fachada atlântica, até porque as rotas terrestres eram mais morosas e inseguras (Blot 2002, 75). Consequentemente, não se poderá estranhar que, sendo os semitas excelentes marinheiros, depressa tenham arriscado a enfrentar as turbulentas águas oceânicas e perscrutado, na sua navegação de cabotagem, a costa ocidental da Península, datando possivelmente dessa época o incremento de um longo processo de mediterraneização do estuário do Tejo e do Sado (Mantas 1996, 345-346)⁴. Tal fenómeno poderá ter tido expressão no âmbito da comercialização de minérios – incluindo o ouro extraído das areias do Tejo que Pompónio Mela haveria de referir; já no século I d.C. (Almeida 1985, 8) – e que, de um modo indirecto, uma vez que as fontes coevas são omissas, nos revele a importância deste flúmen e povoados associados como meios privilegiados de comunicação, mormente, com as terras do interior; ricas em proveitos variados. E, na verdade, tanto a excelência do sítio, como o facto de as marés se sentirem vários quilómetros rio acima, contribuíram para que, desde cedo, este grande curso de água se transformasse numa importante via de acesso, conforme o testemunhará, entre outros, os vestígios púnicos encontrados em Santarém e, mais para o interior; na bacia do Mondego (Arruda 1994, 54-55).

O inequívoco desenvolvimento da actividade marítima destes portos (dentre os quais se inclui o da antiga *Salacia*), mercê também do seu interesse para a economia mediterrânica, contraria, em parte, as teses que defendem estar-se perante um território periférico de simples matriz atlântica, pois, o ocidente peninsular foi plenamente integrado «a partir do exterior; na área dos grandes interesses económicos mediterrânicos, bem representados através das chamadas colonizações fenícia, grega e púnica» (Mantas 1996, 344), os quais não se limitaram ao estabelecimento de meras relações comerciais, mas assumiram-se, sobretudo, como veículos de miscigenação entre olisiponenses,

4 Para este autor, «*Gadir*, a que os Romanos chamarão *Gades*, revelou-se como centro dominante da actividade marítima a ocidente do Estreito de Gibraltar; local de convergência das rotas mediterrânicas e atlânticas, as últimas das quais firmemente controladas pelos gaditanos. Na verdade, a rota africana meridional e a rota para norte ao longo da costa ocidental da Península constituíam extensões da área directamente integrada na esfera de influência de *Gadir*, a qual se repartia pelas margens europeia e africana do Golfo de Cádiz».

fenícios e púnicos. E, nessa mesma continuidade, Luís de Matos lembra que as primeiras feitorias fenícias e púnicas «propiciaram uma continuidade que resultou na implantação da malha das mais importantes cidades portuguesas no eixo costeiro» (Matos 1996, 331) e, adiante, considera ter existido uma certa oposição entre as comunidades do interior, que subsistiam num esquema de autarcia fundamentada nos territórios adstritos às suas tribos ou clãs, e as comunidades marítimas ou fluviais, já estruturadas numa lógica de “economia de mercado” e de prestação de serviços, cujos primórdios radicaram numa civilização de marinheiros que, no actual território português, teve início pelo menos no século VIII a.C. Todavia, e apesar do tom lacónico e, por vezes, maçudo que perpassa o roteiro, o facto de referir pormenorizadamente qual a melhor forma de vencer a entrada da barra do Tejo – «A baía, que então se abre amplamente, retrocede e não é de fácil navegação com um só vento: até meio chega-se impelido pelo vento oeste, a parte restante exige o vento sul» (Avieno 1992, 22) –, permite-nos, por si só, supor que, já naquela época, os fenícios detinham informações pormenorizadas acerca da navegação nesta difícil embocadura, o que, na conjuntura então vigente, só seria possível ganhar-se após longa e aturada experimentação⁵. E esta civilização odisséica, de cariz marítimo e mercantil, determinaria, de certo modo, a organização territorial,

5 A propósito das difíceis condições da embocadura do Tejo recorde-se, a título de curiosidade um trecho do texto do pseudo Osberno: «e adiante acha-se um bosque, que na linguagem deles se chama Alcobaça e em volta do qual se estende um vasto ermo que vem até ao castelo de Sintra, distante de Lisboa oito milhas. Como tivéssemos passado a noite na referida ilha, ao outro dia de manhã, muito cedo, fizemo-nos à vela, navegando prosperamente, até que, quase junto à foz do rio Tejo, o vento que soprava dos montes de Sintra açoutou os navios com tão grande tempestade, que afundou uma parte dos batéis com a sua tripulação. O temporal durou até à entrada do porto do rio Tejo.

Mas eis que, ao entrarmos aí, observámos no céu um prodigioso sinal. Foi o caso de vermos umas grandes nuvens brancas, das bandas da Gália, e que nos tinham acompanhado, irem ao encontro de outras grandes nuvens negras que vinham do continente e, como exércitos em linha de batalha, depois que juntaram as suas alas esquerdas, lutarem entre si com fogosa impetuosidade. Umas, à maneira de infantaria ligeira, à direita e à esquerda, davam a impressão de provocar o combate; outras a de envolverem as restantes, como se procurassem a entrada; algumas penetravam nas outras, e, uma vez entradas, esvaneciam-nas como fumo; umas eram levadas para cima, outras para baixo, ora parecendo tocar as águas, ora perdendo-se de vista nas alturas. Quando finalmente, depois de varrer toda a impureza do ar, deixando atrás de si um azul puríssimo, e de ter repellido as que tinham vindo do continente, a grande nuvem ficou só como vencedora levando diante de si a presa, vimo-la retirar-se para junto da cidade, já desvanecidas todas as mais, ou reduzidas a pequenos farrapos as poucas que ficaram. Então entramos de clamar: “Venceu a nossa nuvem! Foi dispersado o poder dos inimigos e estão confundidos, porque o Senhor os dissipará”. E assim acabou o abalo do temporal. Pouco tempo depois, cerca da hora décima do dia, chegámos então à cidade, não muito distante da foz do Tejo» (in Oliveira 1936, 57-58).

porquanto a natureza pré-urbana destes entrepostos agiu como *embrião das cidades futuras*, cujos contactos – e eventual domínio das terras do interior – terá promovido a construção, ainda que incipiente, de uma rede de estradas que estaria «já bastante avançada quando Amílcar e Aníbal Barca se propuseram unificar, a partir de 238 a.C., os domínios de Cartago na Península» (Matos 1996, 334). Pode-se, igualmente, considerar que nestes embarcadiros, pelo menos desde o I milénio a.C., se desenvolvia profícua actividade comercial e social eventualmente administrada pelos líderes indígenas e, apesar de desconhecermos os métodos adoptados, era, decerto, bem mais eficaz do que o longo, penoso e arriscado caminho terrestre.

Neste contexto, e conjugando as informações literárias com os elementos entretanto exumados pela arqueologia, teremos de considerar que as influências orientalizantes terão arribado ao nosso litoral em época mais recuada do que normalmente se supunha. De facto, as intervenções arqueológicas, levadas a cabo nos finais do século passado, em pleno tecido urbano da capital permitiram obter uma percepção mais clara do fenómeno que temos vindo a descrever; porquanto no claustro da Sé se pôs a descoberto uma lixeira onde, entre materiais diversificados, abundavam os fenícios, cuja datação se pode circunscrever aos séculos VIII-VII a.C. Neste mesmo sentido, se encaminham as conclusões extraídas da escavação efectuada na sede do Millenium bcp, em plena Baixa Pombalina, porquanto os vestígios descobertos se integram no mesmo aro cronológico, o que poderá reflectir, talvez, a partir dessa época, uma intensificação dos contactos comerciais⁶. Mais tarde, Cartago (colónia fenícia fundada em 814 a.C.) terá passado a controlar o comércio marítimo, sobretudo na *pars occidentalis* do mar interior, incluindo o sudoeste e a fachada ocidental da Península Ibérica, ainda que estes territórios estivessem vinculados a *Gadir*. Por outro lado, a queda de Tiro, no século V a.C., ocasionou o «declínio de uma rota comercial vinda dos confins do Mediterrâneo» (Blot 2002, 80), e, conseqüentemente, Cartago alargou, de modo continuado e assaz eficiente, a sua influência a todo o Mediterrâneo, transaccionando, inclusive, cerâmicas áticas, cuja presença, entre outros, de fragmentos cerâmicos púnicos e orientais,

6 Por esta altura, na fachada atlântica e a par de *Olisipo*, Alcácer do Sal seria também um importante povoado com vestígios fenícios, tendo-se, inclusive, detectado no castelo, restos de construção de adobe assentes em alicerces de pedra e «num nível do século IV a.C. restos de casas de paredes caiadas e fragmentos de cerâmica ática» (Mantas 1996, 346). Sobre os povoados romanos onde se recolheram igualmente vestígios fenícios e púnicos veja-se, grosso modo, Matos (1996, 331-338).

está atestada, não só no litoral da Península Ibérica, mas também no seu *hinterland*, onde se recolheram objectos do chamado *período orientalizante* (Maia 1982-83, 98; Blot 2002, 80).

Enquanto isso, no território olisiponense e nos seus limites mais próximos encontraram-se vestígios, alguns deles datados do século IV a.C.⁷ E poderá ter sido, igualmente neste evo, que os púnicos – provavelmente através da sua autonomizada colónia de *Gadir* – terão também reforçando a sua presença nos entrepostos atlânticos. Por conseguinte, edificaram nas areias ribeirinhas do *Oppidum Olisiponensium*, um núcleo urbano *ibero-púnico*, possivelmente destinado à fixação de uma colónia permanente, cujas estruturas descobertas no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, datáveis entre o século V e III a.C., incluem os primeiros vestígios de edificações daquela época, designadamente um forno para cozedura de cerâmica e, de planta rectangular, conserva-se importante testemunho da arquitectura pré-romana. Trata-se do soco de pedra ligado por argila de uma habitação, sobre o qual assentariam os caniços rebocados com barro endurecido pela acção do fogo e a cobertura, eventualmente seria de colmo; no interior, com pavimento de terra, destaca-se uma lareira central, formada por seixos rolados (Amaro 1995, 11-14); estas habitações deveriam dispor-se em banda, tal como a hipótese sugerida por Alarcão relativamente ao *oppidum* sobranceiro. Foi igualmente neste núcleo arqueológico da Baixa pombalina que se recolheram abundantes cerâmicas coevas, usadas no fabrico e transporte do *garum*, que os semitas apreciavam como iguaria, destacando-se, na face interior fragmento cerâmico, de engobe branco e bandas polidas ao torno, a gravação de um desenho ingénuo de um barco de proa e popa elevadas e mastro central, assim como, num suporte para apoio de ânfora de cerâmica, similar à já descrita, a dupla marca de oleiro aplicada através de “carimbo”, representando um equídeo, tirado de perfil, muito estilizado (Amaro 1995, 11).

Na verdade, os traçados proto-urbanos destes povoados, sobretudo no litoral, entre os finais do século II e inícios do I a.C., revelam implantações estratégicas, no sentido de melhor explorar os recursos marítimos e fluviais,

7 Na Quinta do Almaraz (Almada), em Pedrada e Cacilhas, no Moinho da Atalaia (Amadora), em Outorela, Oeiras (Ribeiro 1989-90), um jarro de bronze de Torres Vedras e, em Santa Eufémia da Serra (Sintra), recolheu-se, num nível arqueológico intacto, uma conta de vidro, datável do século IV a.C., com toda a probabilidade, proveniente do Mediterrâneo oriental (Marques 1982-83, 84; Fabião 1992, 144; Ribeiro 1989-90).

incluindo o comércio e a navegação por cabotagem ou fluvial. Por conseguinte, terá sido a partir destes ambientes indígenas, que caracterizaram, aliás, a última fase da Proto-História em Portugal, que os romanos, após a expulsão dos púnicos, tenham aproveitado e remodelado, os espaços pré-existentes potenciando o seu desenvolvimento económico, como parece ter sucedido em *Ossonoba*, *Myrtilis*, *Salacia* e *Olisipo* (Blot 2002, 83-84).

Com o início da II Guerra Púnica, em 218 a.C., a situação político-estratégica da Península Ibérica, de certo modo favorável aos romanos, franqueou-lhes parte do sudoeste peninsular aos seus exércitos. Todavia, e apesar de a ameaça romana se encontrar no extremo oposto da Península Ibérica, os cartagineses consideravam o *Oppidum Olisiponensium* e território adjacente suficientemente importante (Mantas 1990^a, 160) para ali manterem estacionado, em 210 a.C., o exército de Asdrúbal, filho de Giscão, conforme relata Políbio quando se refere à conquista de *Cartagena* por Públio Cornélio Cipião (Maia 1982-83, 100 e Matos 1996, 335). Neste contexto, os cartagineses terão assumido que, ao proteger militarmente a desembocadura do Tejo, estariam a salvaguardar o interior de eventuais incursões romanas, fluviais ou terrestres. Todavia, após a conquista de Cádiz, os púnicos foram definitivamente expulsos da Península Ibérica pelos romanos, em 206 a.C., deixando espaço para a efectiva ocupação territorial protagonizada por longas, sangrentas e, muitas vezes, dramáticas batalhas pela posse da *Hispania*. Mas, neste contexto deverão, de algum modo, excluir-se as comunidades já mediterraneizadas, como sejam as de *gênese cultural túrdula*, que habitavam, então, a faixa litoral entre o Tejo e o Douro (Matos 1996, 355)⁸, as quais, talvez por via de antigas ligações comerciais com Roma, terão aceite com alguma complacência – e provavelmente segundo o modelo teórico proposto por Wagner (cfr., v.g., 2005) – o domínio romano, ainda que Luís de Matos defenda que *Olisipo* apenas se integrou plenamente na História Romana, depois da conquista e domínio itálico do Alentejo (ou seja, desde 202 a.C.), facto que contraria o nosso próprio entendimento, uma vez que cremos que o processo de romanização se terá iniciado antes da

8 Para Maia (1982-83, 100), «a região de *Olisippo* e toda a faixa litoral que daqui se estendia até ao Douro, pertenceria a uma cultura túrdula ocidental; porém, ao interpretarmos o texto de Políbio, considerámos que o autor segue ali um princípio similar ao que, mais tarde, irá presidir à generalização do topónimo *Lusitania* a toda a província augustea, ou seja, o facto de os *Lusitanos* serem, sob a óptica romana, o povo mais importante que habitava a região cistagana. Em Políbio, *Lusitania* significará pois a margem norte do Tejo, território onde o povo mais poderoso, sob o ponto de vista militar, era efectivamente o lusitano».

ocupação efectiva do território, mercê, sobretudo, do estabelecimento de contactos comerciais (Caetano 2007, 54; no seguimento, aliás, do que afirmaram Sousa 1996, 50 e Blot 2002, 80). Todavia, a primeira referência explícita sobre a *Olisipo* “romana” consiste num pequeno trecho de Estrabão e a este respeito, vários investigadores atribuem, no âmbito das guerras contra os lusitanos⁹, o amuralhamento deste ópido em 138 a.C., a *Decimus Iunius Brutus* (cfr., v.g., Alarcão 1988, 22; Maia 1982-83, 102; Matos 1996, 335; e Mantas 1990^a, 160). Todavia, Justino Maciel (1994, 33-34) propõe uma nova leitura do texto do geógrafo grego que nos parece mais consentânea com o facto relatado:

«Se aqui a palavra *ποταμός*, sem qualquer dúvida se refere ao rio Tejo, a palavra *ῥεῖθρον* também significa corrente de água, ribeiro ou até leito do rio. Se a tradução nas margens, na ribeira ou junto do rio nos parece correcta, tendo em conta a palavra grega utilizada, uma interpretação mais acurada leva a apresentar a hipótese de Strabo se referir mesmo às margens dos esteiros do Tejo junto de *Olisipo*. Esta ideia é corroborada pelo verbo que exprime a acção do conquistador galaico neste local. Trata-se do verbo *ἐπιτειχίζω*, que significa levantar uma fortificação ou campo amuralhado contra ou diante de qualquer coisa. Se o autor quisesse expressar a ideia de rodear de muralhas ou fortificar, teria utilizado o verbo simples *τειχίζω*, e não com o reforço da preposição com acusativo, caso em que nos aparece o termo *Olisipo* (*τὴν * Ὀλσιπῶνα*). Ou seja, uma interpretação objectiva do texto leva-nos a concluir que *Iunius Brutus* não fortificou Lisboa, mas, antes, levantou um *castrum* frente ao *oppidum* já existente na colina, sendo assim para ele mais fácil o controlo do porto e o acesso ao rio, objectivo fundamental na acção de conquista da *Lusitania*».

Este terá sido, na realidade, o primeiro «acto de romanização» *in situ*, subjacente ao proto-urbanismo do *oppidum*, ou melhor, nas suas imediações, junto à margem dos esteiros do rio, muito provavelmente perto das actuais igrejas de Santo António e da Madalena pois, para este estudioso, a *Geographia*

9 Para Mantas (1996, 154), «a Lusitânia não correspondia a um território homogéneo à data da chegada dos romanos, ao contrário de territórios como o do Egipto com fronteiras perfeitamente definidas. No início do século II a.C. o termo Lusitânia, mais que referir uma área geográfica bem definida e ocupada por um único povo, correspondia a um conceito geoestratégico, em grande parte determinado pela importância da resistência lusitana à conquista romana, como Estrabão claramente referiu. Os Lusitanos constituíram um grupo de *populi*, sendo o nome utilizado como um colectivo pelos Romanos».

não se reportará à fortificação do ópido, e não nos esqueçamos que as menções a *Olisipo* aludem quase sempre ao *oppidum*, indiciando estar-se já perante um espaço fortificado, ainda que de acordo com os cânones militares da época e, está claro, que o objectivo de Bruto seria o de controlar o porto e a navegação no Tejo, levando também provisões e reforços até *Moron* – hoje identificada com Chãos de Alpompé – onde permaneceria estacionada a frente do seu exército (Maciel 1995, 79). Seja como for, existem suficientes exemplos de acampamentos militares romanos, os *castra*, que com o decorrer do tempo e sequente perda de valor estratégico, se transformaram em centros urbanos, mantendo as muralhas num contexto honorífico e contribuindo decisivamente para a introdução de um urbanismo de cariz helenístico e etrusco-romano. Para Luís de Matos, no entanto esta hipótese – que se subjaz na perspectiva de um *oppidum* já plenamente pacificado e para cujos habitantes os romanos não eram, *stricto sensu*, tidos como o povo invasor – aponta algumas questões em sentido diverso: primeiro, porque a área considerada não apresenta a amplitude necessária; segundo, porque a arqueologia tem posto a descoberto vestígios da ocupação fabril (desde o século IV a.C. até à Idade Média). Assim, a considerar-se esta hipótese, o *castrum* de Décimo Júnio Bruto assentaria entre o alto de São Francisco e o actual Chiado, zona formada por um esporão com defesas naturais, designadamente as escarpas sobre o esteiro e sobre o rio, quer pelo fundo do vale que sobe desde o Cais do Sodré, onde se forma uma elevação que domina o porto e o acesso ao mar, dotando-o de grandes facilidades no que respeita à defesa, tendo sido este, no século XIV, o conceito militar que prevaleceu aquando do levantamento da Muralha Fernandina (Matos 1996, 338).

Muitos dos outros povos que constituíam a multifacetada trama populacional da Ibéria, sobretudo a de feição rústica e agro-pastoril que habitava nas montanhas e digladiava as legiões em investidas militares não convencionais, eram de génese tribal e foram ferozes opositores à invasão dos itálicos, dificultando, sobremaneira, o progresso dos exércitos romanos, tendo perdurado, até hoje, na *memória colectiva* – como figura histórica, mas também como *mito* fundacional de Portugal – a resistência de Viriato, um chefe lusitano que congregou em seu redor vários clãs e infligiu numerosas derrotas aos romanos.

Mais de um século depois de Roma ter iniciado a conquista da Península Ibérica – e depois dos conturbados tempos da guerra civil, entre 44 e 31 a.C., que findou com as vitórias de Octaviano em *Actium* e depois em Alexandria –, o Império encontrava-se debilitado e internamente instável. E apesar de se

terem celebrado em Roma cinco vitórias sobre a *Hispania* (Martin 1999, 21), neste território parcialmente pacificado viçavam, afinal, rebeliões e os romanos não dominavam ainda todo o território. Relembre-se que o noroeste era habitado pelos cântabros, pelos asturianos e pelos galegos, todos eles *populi* guerreiros ciosos da sua independência que se resguardavam nas montanhas impenetráveis e, além de alarmarem as legiões romanas, lançavam-se, frequentemente, em pilhagens junto dos vaceus, dos austrígonos e outras gentes, causando grande insegurança, com a qual Octaviano, herdeiro de Júlio César e membro da sua *gens*, não podia pactuar. Até porque de acordo com os seus princípios universais, e para além da reorganização do Império, pretendia também «apresentar-se como o novo fundador de Roma, isto é, como aquele que volta a colocar o mundo romano em limites precisos e invioláveis, porque sagrados, nos limites do *orbis terrarum*, de 'todo o universo', como especifica o capítulo 3 do seu *Res Gestae*» (Martin 1999, 19). Terá sido, pois, neste contexto regenerador que *Caesar diui filius*, Augusto desde 27 a.C., soube propagandear, não só através de uma política niveladora de matriz romana, mas aplicando também – numa perspectiva religiosa – o princípio da figura do imperador divinizado (ainda que, em vida, tenha recusado tal estatuto), prontamente aclamada pelos seus legionários, pois o imperador era o chefe supremo do exército e desempenhava igualmente o cargo de *Pontifex Maximus*, «assumindo-se como cabeça do paganismo greco-romano» (Mantas, 2002, 111). Será, portanto, igualmente nesta óptica que se terá de considerar o empenho pessoal de Augusto na conquista do noroeste peninsular, quando em 27 a.C. se estabeleceu em Tarraco, entregando o comando das legiões a Antístio Veto e a Públio Carísio, os quais, depois de dois anos de batalhas, derrotaram após o cerco seguido de assalto a *Mons Medullius*, os Ástures, pondo um ponto final na conquista da Península Ibérica (cfr., v.g., Alarcão 1988).

Finda a guerra, e entre a atribuição de benesses, privilégios e concessão de estatutos de direito latino a diversas comunidades que constituíam o cobrejão retalhado de um imenso domínio, de cuja *auctoritas* foi o único detentor, Augusto tratou – prosseguindo um ideário político muito bem definido – não só da reorganização territorial, mas também da promoção de um programa de reformas urbanas, dando assim continuidade a um processo de romanização, de forma a se atingir uma romanidade plena, a qual, como vimos noutra lugar, não passou, também ela, de um *mito* (Caetano 2007, 55), como aliás se pode igualmente depreender das palavras de Vasco Gil Mantas:

«Noutros aspectos, mesmo ideológicos, as semelhanças entre os padrões indígenas e certos conceitos romanos típicos de sociedades da Idade do Ferro, facilitaram um processo de aculturação que, sem eliminar o predomínio incontestável do modelo civilizacional dominante, permitiram o desenvolvimento de intercâmbios relevantes e facilitaram um processo de integração pragmático, desenvolvido ao longo de vários séculos. É a esse processo que devemos chamar romanização.

Quando dizemos integração não estamos a defender que as realidades indígenas desapareceram, não foi assim, nem a política romana foi nesse sentido. Aliás não podemos esquecer que a sociedade romana também se modificou e as realidades do Baixo Império são distintas das que caracterizaram o Alto Império, não deixando aquelas de contribuir para acelerar um processo de fusão cultural que nos primeiros tempos do Império dificilmente poderiam desenvolver» (Mantas 1990, 158).

Será, pois, neste contexto que teremos que enquadrar o caso do *oppidum Olisiponensium* o qual, segundo parece, durante as guerras civis, terá aderido ao partido de César (Mantas 1990, 161)¹⁰. Nesta perspectiva, *Olisipo* terá, segundo diversos autores, recebido, em época ainda não determinada, a condição de *oppidum ciuium romanorum* (Alarcão 1994, 58; Mantas 1994, 71; e Ribeiro 1994, 76-77), apesar de António Marques Faria não encontrar consistência nesta tese, ao considerar que aquela expressão «empregue amiúde por Plínio sem grande rigor jurídico, corresponde, noutro tipo de documentação, designadamente nas emissões monetárias, ao termo técnico '*municipium*'» (Faria 2002, 175). Ainda assim é comumente aceite – e documentalmente comprovado – que a este *oppidum* foi atribuído o estatuto municipal, adoptando, então, os *cognomena Felicitas Iulia*. A data deste facto, no entanto, não se encontra completamente esclarecida, oscilando, segundo certos posicionamentos tradicionais, entre uma doação cesariana, ou, de acordo com opiniões mais recentes e críticas, que se

10 Outros autores, designadamente Luís de Matos, interpretam o tratamento de excepção dado a *Olisipo* como benesse pela aceitação do domínio romano até porque não consta que o ópido «tenha oferecido resistência, tudo indicando, antes pelo contrário, que colaborou com o invasor, possivelmente uma das razões do tratamento de excepção que lhe vai ser conferido posteriormente» (Matos 1994, 36). Aqui aportados, e tendo já considerado, noutro lugar, que o processo de romanização terá precedido o domínio físico do território como justificação para a aceitação pacífica da presença romana, a nossa opinião não é, de todo, consentânea com a de Matos, até porque nos parece excessivo o hiato, de cerca de um século, que medeia a chegada de Décimo Júnio Bruto e a outorga do estatuto municipal pelo que, nesta perspectiva, parece-nos, pois, mais credível a teoria apontada por Vasco Gil Mantas.

trata, afinal, de uma promoção de Augusto¹¹, alicerçando-se também esta última hipótese no facto de, em termos peninsulares, a inscrição na tribo *Galeria* ter funcionado como uma característica dos municípios augustanos (Mantas 1994, n. 11)¹². Mas, seja como for, a concessão do estatuto de Município de Direito Romano, permitiu a *Olisipo* manter determinada autonomia administrativa face à sede conventual – com a qual terá chegado, inclusive, a partilhar a administração do território¹³ –, tendo os seus cidadãos adquirido direitos similares aos dos habitantes da própria cidade de Roma.

3. A reforma augustana de *Felicitas Iulia Olisipo*

No exercício da política estruturante por si delineada, tendente à consolidação romana nos territórios – ou seja, a romanização –, Augusto interveio igualmente na organização das províncias, processo que não se concretizou sem algumas hesitações, que se reflectem na incorporação de regiões distintas numa unidade artificial (Mantas 1990^a, 154). Apesar disso, a Lusitânia (cujos limites territoriais foram definidos entre 16 e 13 a.C. ou entre 13 e 7 a.C.) foi considerada, juntamente com a Tarraconense, como província imperial, mas esta sofreria, ao longo dos tempos, adaptações, quer derivadas da reorganização dos seus limites, quer ocasionada pela criação ou extinção de outras

11 De entre os autores que atribuem a elevação de *Olisipo* a município por César, veja-se, v.g., Vasconcellos 1913, 144-145; Lambrino 1953, 32 e 44; Ribeiro 1982-83, 161; e, até certo ponto – uma vez que balança entre César e Octaviano –, Alarcão 1983, 68; Id. 1988, 48; Id., 1994, 58. E, acreditando numa promoção augustana, cite-se, v.g., Fabião 1993, 235; Mantas 1994, 74; e, de novo, Ribeiro 1994, 77, que se inclina, agora, para a hipótese já sugerida por Fabião, *loc. et. op. cit.*

12 Refira-se, ainda no âmbito desta problemática, que o nome *Iulia* não deverá ser encarado com estranheza, uma vez que foi apenas quando assumiu o título imperial que Octaviano adoptou o cognome de Augusto, contudo, as suas realizações anteriores poderiam conservar tal epíteto. No entanto, a política administrativa de Augusto, como recorda Carlos Fabião (1993, 235) terá prolongado, para além de 27 a.C., a sua manutenção, pelo que, neste contexto, é manifestamente difícil destrinçar os actos administrativos – idealizados e/ou concretizados – por Júlio César, daqueles que o primeiro imperador promoveu.

13 Sobre esta matéria, cfr. v.g., Alarcão 1988^a, 125, que afirma: «Não sendo capital de “conventus” (esta ficava em Scallabis), “Olisipo” foi certamente cidade mais próspera. A epigrafia, recolhida por Vieira da Silva, é abundante; a par de numerosas inscrições funerárias, devemos salientar as honoríficas a imperadores. Estas não seriam talvez em tão grande número numa cidade que não fosse sede de alguns serviços administrativos».



Silenos do Teatro Romano de Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. © Fotografia de J. Maciel.

províncias (Martin 1999, 96-97). Mas, se a problemática subjacente à administração territorial – decerto motivada pelo maior ou menor grau de penetração romana na Ibéria ao longo do tempo – se nos afigura hoje, por vezes, algo confusa, não temos, por outro lado, quaisquer dúvidas de que Augusto aplicou, nas mais diversas áreas, uma política sustentada e coerente, visando, também em grande parte, um claro objectivo ideológico, o de expurgar o Império do modelo helénico que caracterizara a República (Dias 2002, 93), porquanto: «institui-se o que o *princeps* pretende que seja uma *Pax Augusta*. Aí promove-se a erudição, através de homens como Polião e Mecenas, e florescem nomes como Vitruvius, Tito Lívio, o grego Dionísio de Halicarnasso, Horácio, Ovídio e Virgílio, a quem ficará a dever a maior obra de propaganda do seu principado e que justificará o epíteto de ‘segundo nascimento de Roma’: a *Eneida*. Aí surgem temas como a Idade de Ouro, a missão civilizadora dos Romanos, o direito à hegemonia, tudo sob o comando do grande Augusto» (Rodrigues 2005, 326).

No que concerne ao processo de reurbanização, não só em Itália, mas em particular nas províncias, não poderemos, por conseguinte, esquecer Vitruvius – que redigiu e dedicou ao imperador um pormenorizado tratado de

arquitectura –, poderá ter sido o teórico modelar dos fundamentos básicos caracterizadores da planificação das *novas cidades*¹⁴, algumas delineadas ex *novo*, como *Bracara Augusta* e *Emerita Augusta*; outras, como *Pax Iulia*, derivaram de acampamentos romanos, obedecendo igualmente ao modelo ortogonal (Martin 1999, 187 e, v.g., Lopes 2003); e outro exemplo, ainda, o da *ciuitas* de *Conimbriga*, que sofreu igualmente no âmbito do grandioso plano de romanização, profunda renovação urbanística, apesar de só ter recebido o estatuto municipal na época dos flávios (Alarcão 1988, 46). Também por isso não nos repugna a ideia de que, em *Olisipo*, uma cidade, desde há muito, sob influências mediterrânicas e sob o domínio romano, se tivesse já delineado um urbanismo de matriz itálica, como, aliás, o parece comprovar o achamento de algumas estruturas tardo-republicanas, ou mesmo anteriores. Designadamente, a notícia, datada de 1922, de na Rua das Canastras se ter localizado uma rampa de cais normal, eventualmente de construção romana, ainda que Jacinta Bugalhão (2001, 58-59), considere difícil tal classificação e coloque a hipótese de se tratar de um ponto de acostagem para embarcações de pequeno e médio calado, que eventualmente teriam condições para navegar ao longo do esteiro, servindo a indústria conserveira, mormente descarregando peixe, sal e ânforas e carregando os produtos já transformados e devidamente acondicionados¹⁵. Estava-se, pois, perante uma zona rica em águas, algumas delas com características medicinais, o que, de certo modo, terá evidenciado a fundação, ainda no período tardo-republicano, das chamadas Termas dos

14 «Os romanos, ainda que não tivessem desenvolvido qualquer teoria que contemplasse a água como princípio da existência, embora o poeta Virgílio se tivesse referido ao Oceano como “pai de tudo que há”, consideravam-na um dos pilares da sua civilização. Com efeito, à semelhança do que acontecia com as cidades gregas, nenhuma cidade romana foi erigida em terrenos desprovidos de água. Para além da sobrevivência humana, animal e agrícola, a água garantia a higiene e assumia um triplo papel terapêutico, relaxante e lúdico, fazendo parte integrante da vida quotidiana e de certos rituais romanos (...). Com base nestes aspectos desenvolveu-se uma verdadeira tecnologia hidráulica que beneficiou algumas das estruturas arquitectónicas mais características da cidade romana e às quais Frontino e Vitruvius dedicaram importantes tratados: os aquedutos, as barragens, as cisternas, reservatórios e tanques, as fontes, as pontes, os *balnea*, os *impluvia*, as infraestruturas dos teatros destinadas às naumáquias, condutas subterrâneas, cloacas, esgotos, canalizações, torneiras» (Mourão, no prelo).

15 Na sondagem efectuada no Largo de São Rafael e na Rua da Judiaria detectaram-se alguns afloramentos rochosos os quais indiciam que ali terá existido um curso de água – junto de um troço de muralha romana (e depois mulçumana) –, cuja memória se manteve fossilizada no urbanismo medieval, ao designar-se Rua da Regueira (Pimenta e *al.* 2005, 317).

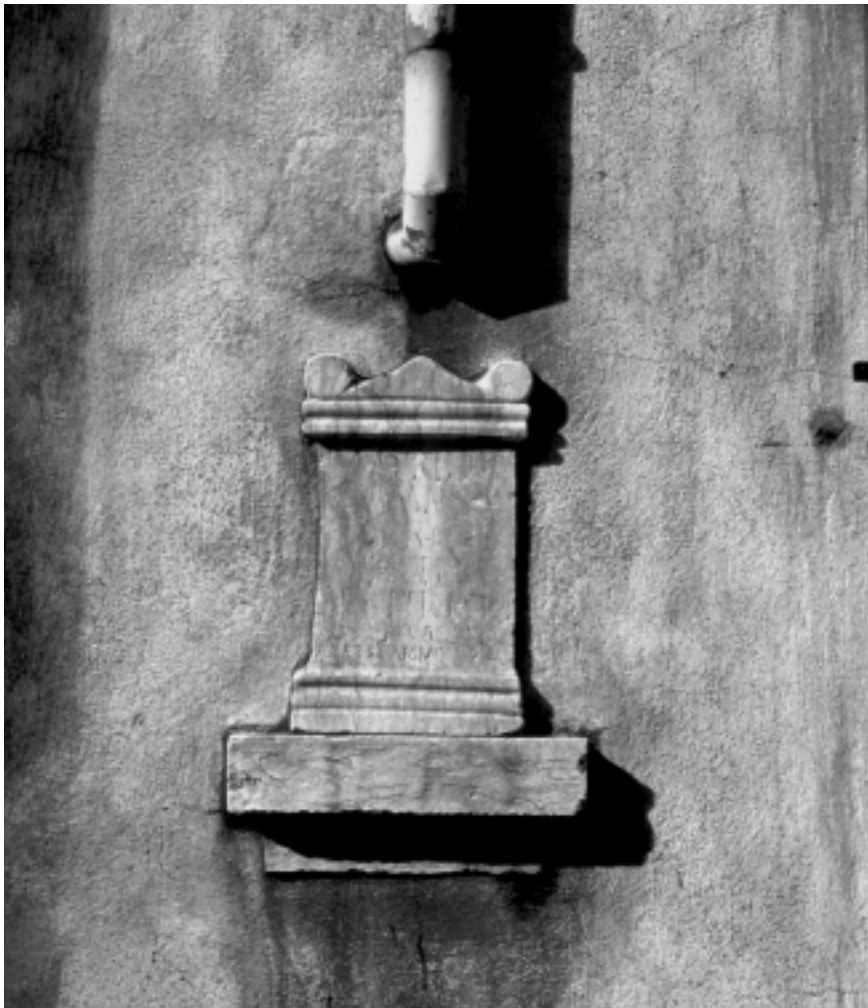
Cássios, assim baptizados por ali se ter descoberto na inscrição pintada em tijolo, entretanto desaparecida, mas que atribuía a sua fundação aos irmãos Quinto Cássio Longino e Lúcio Cássio, por volta de 49 a.C. (Silva 1944, 29, 48-50 e 114-115, n.º 22). Este estabelecimento de banhos foi redescoberto em 1771, quando se procedia à abertura de caboucos para a construção do Palácio Penafiel ou do Correio-Mor. Destacando-se, por outro lado, a descoberta coeva de robustos alicerces de um edifício público, no Largo de Santo António à Sé. Na verdade, os exemplos referidos integraram-se e mantiveram-se – mesmo após a renovação urbana de Augusto – em pleno perímetro da cidade romana.

Será, pois, neste contexto, e sem olvidar o novo estatuto político-administrativo de *Felicitas Iulia Olisipo* que se lhe exigia um prospecto condicente, pelo que o primeiro imperador terá encetado uma intensa renovação urbanística desta cidade portuária. Saliente-se, ainda, que a remodelação de finais do século I a.C.-inícios do seguinte terá, numa fase primeva, infundido na parte baixa da urbe, no local onde, cerca de cem anos antes, Décimo Júnio Bruto erigira o seu *castrum*. O projecto delineado, apesar de se integrar nos princípios comuns do urbanismo latino de matriz militar etrusca achou-se condicionado, não só pela própria orografia do local, mas igualmente pela pré-existência do anciano ópido. Este facto, *de per si*, não terá conflituado com a amplitude da reforma, ainda que tenha, decerto, regulado a sua implementação, porquanto os resquícios viários conhecidos apontam para a efectivação do clássico sistema ortogonal, assente – como se sabe – no *cardo* e no *decumanus*. Porém, estas duas vias perpendiculares, em cujo ponto de intercepção se costumava definir a restante estrutura espacial da cidade, terão encontrado, pelas razões citadas, alguns condicionalismos, em particular na abertura dos traçados secundários. Logicamente, nas areias junto ao rio e ao longo do seu afluente e já no perímetro da cidade, localizava-se a zona industrial (cfr., v.g., Morel 1991, 179-202), especialmente vocacionada para o fabrico do *garum* – uma especialidade piscícola muito apreciada desde os tempos fenícios – e que se havia tornado numa das maiores riquezas deste lugar. E partindo do pressuposto de que se notava já a consolidação precoce do urbanismo de feição romana, este ter-se-ia desenvolvido primeiro na zona baixa, estendendo-se, depois, pela colina reconfigurando ou interagindo com o urbanismo pré-existente, de um modo similar ao sucedido noutros locais, tal-qualmente os casos de *Scallabis*, *Conimbriga* e *Eburobrittium*.

O *forum*, pólo agremiado da vida urbana, era formado por uma grande praça, impondo-se, no eixo maior (2/3, segundo as regras de Vitruvius), o principal templo da cidade onde decorriam os ritos oficiais e religiosos. Era igualmente ali que se localizava a basílica¹⁶, onde se exercia a justiça e se tratavam os negócios – ainda que este arquétipo fosse, mais tarde, adaptado, com funcionalidade distinta, pelo Cristianismo – e, neste grandiloquente espaço, poderiam ainda ter existido outros templos, monumentos erigidos a divindades, imperadores, a dignitários provinciais ou locais e estabelecimentos comerciais. O foro era, enfim, o coração da cidade mediterrânica.¹⁷ Apesar de no território actualmente português se conhecerem já diversos *fora*, como, a título meramente exemplificativo, os de *Aeminium*, de *Sellium* e de *Ebora*, o caso olisiponense apresenta-se complexo, pois, até hoje, não se detectaram quaisquer provas irrefutáveis da sua localização e, se há muito se abandonou a ideia de que o criptopórtico da Rua da Prata poderia consistir no sustentáculo do *forum* de *Felicitas Iulia Olisipo*, Jorge Alarcão propôs, com base nos indicadores disponíveis, que aquela estrutura fundamental para o ordenamento vivencial do opido se localizasse no Largo da Madalena. E de facto, neste local puseram-se a descoberto em finais de setecentos, vestígios jónicos de majestosa fábrica, e duas inscrições, uma devotada a Mercúrio e outra, pressupondo a existência de um templo dedicado a Cíbele, esta última com paralelo, em Mértola, numa estátua de Tique-Cíbele (Alarcão 1988, 124; Id. 1994, 58), bem como ali se descobriu, a base epigrafada de uma estátua do imperador *Commodus* (CIL II 187 = *Ep. Olis.* 23) levantada, entre 178 e 180, pelos duúviro *Q. Coelius Cassianus* e *M. Fulvus Tuscus*, (Azevedo 1753, 97-98; Hübner 1869, 26; Castilho

16 Mais tarde, concretamente no período flaviano, caracterizado também por ter sido uma época de reforma geral, não deixou de ser forçosa a existência de basílica, como se constata, aliás, no foro flaviano de Conímbriga, construído numa época de renovação e aquando da atribuição do estatuto municipal a esta *ciuitas* que se sobrepôs ao primeiro espaço erigido na época de Augusto; esta mudança, no entanto, não foi uniforme e poderá o caso conimbricense constituir apenas uma excepção ou, acaso, poderá revelar um lento processo de mudança em curso, até porque *Eburobritium* – que teve igualmente a sua promoção nesta época, inscrevendo-se os seus cidadãos na tribo *Quirina* e adoptando a designação de *Municipium Flaviium Eburobritium* – viu o seu renovado fórum integrar uma basílica (cfr., v.g., Moreira 2002).

17 E, ao contrário do sucedido em muitos outros portos, nos quais os indivíduos de *cognomina* gregos detinham o poder, a magistratura municipal olisiponense apresentava uma antroponímia perfeitamente latina, o que será revelador de que a administração municipal fora açambarcada por uma poderosa elite de matriz itálica. Ainda que, por outro lado, os indicadores históricos apontem, lá para os finais do século I a.C., na direcção da heterogeneidade da sua população, pois, deveriam ali concentrar-se gentes das mais variadas proveniências (Mantas 1994, 71).



Inscrição à Mãe dos Deuses, Cibele, junto à Igreja da Madalena, Lisboa. © Fotografia de J. Maciel

1884, 122; Silva 1944, 51 e 116-118; e Alarcão 1988, 124). E, na igreja da Madalena, estava uma inscrição dedicada à deusa Concórdia (Alarcão 1988, 124), embora muitas das epígrafes votivas de que temos notícia, algumas delas de autenticidade duvidosa, não nos permitam obter uma panorâmica exacta sobre os edifícios religiosos que eventualmente terão existido junto ao foro, ou mesmo dispersos pela cidade. Uma outra hipótese a considerar relativamente

à localização do foro, reporta-se às galerias subterrâneas que, nos começos do século XX, foram descobertas por Augusto Fuschini durante os trabalhos de restauro do portal norte da Sé, e que aquele autor assegurou, em obra dada à estampa em 1904, que os corredores se prolongavam para setentrão e para sul (in Fernandes 2002, 58).

Decerto que *Felicitas Iulia Olisipo* foi ainda, nestes tempos de reforma, dotada de edifícios públicos, e administrativos, tendo-se também possivelmente erigido o aqueduto que a abastecia de boa água, captada perto de Belas, nos limites do actual concelho de Sintra, pois, conforme refere Justino Maciel (1995, 82), «os *mirabilia aquarum* eram um tema caro aos romanos, sobretudo no contexto da cidade» e, nessa medida, seria impensável imaginar-se, sequer, a planificação de uma cidade, onde a água não jorrasse abundantemente». Neste contexto – assim como Alarcão (1994, 161) –, não cremos na cronologia circunscrita ao século III que tem sido atribuída ao aqueduto olisiponense (Quintela *et al.* 1986, 120-125), ainda que possamos considerar que esta datação corresponda a um melhoramento baixo-imperial realizado no paredão que ainda ali se ergue¹⁸.

Entretanto, no decorrer dos trabalhos arqueológicos efectuados no claustro da medieva Sé de Lisboa, foi descoberto um dos principais troços viários da cidade, sob o qual corre uma grande cloaca. Este ia entroncar no troço viário ribeirinho perpendicular ao Tejo, onde predominava a zona industrial e prolongar-se-ia, encosta acima, onde se detectaram vetustos testemunhos de *insulae*, datáveis, pela sua estrutura construtiva, da época augustana, ostentando, inclusive, algumas delas vestígios de *tabernae*. Aparentemente, esta via iria desembocar junto do teatro, igualmente erigido naquele tempo e descoberto em 1798, na sequência de trabalhos de reurbanização daquela área após o clamoroso sismo de 1755 (Hauschild 1994, 65-66). Augusto, na certeza de que a reunião do *populus* não só legitimava a autocracia com que inaugurara a linhagem Julio-Cláudia, tanto em Roma como nas províncias, onde se consolidava também o processo de romanização e contextualizando o valor do teatro na multiplicidade social, política e cultural daquela época, patrocinou a edificação destes edifícios monumentais. Estes

18 Refira-se ainda, a título de curiosidade, que séculos mais tarde o Aqueduto das Águas Livres encontrou a sua principal fonte de captação naquele mesmo local e o seu traçado terá seguido, *grosso modo*, o da conduta romana, porquanto se encontraram inclusive em vários troços vestígios de uma caleira rectangular revestida a *opus Signinum*.

volveram-se em privilegiados veículos condutores de um «dos principais símbolos da romanidade, constituindo-se, por um lado, como elementos estruturantes do novo urbanismo e, por outro, como instrumentos de propaganda da nova ordem» (Fernandes 2005, 30).



Teatro Romano de Lisboa, zona do Hiposcénio. © Fotografia de J. Maciel.

No que concerne à arquitectura do *theatrum* lisiponense, refira-se, apesar do seu estado de ruína, que deverá ter sido um edifício monumental, atendendo não só à sua dimensão, mas também à sua qualidade plástica. Compunha-se, como era hábito, pela *cauea* – o escadado em anfiteatro semi-circular onde se sentavam os espectadores –, a qual, calcula-se teria um diâmetro de 60m; ao fundo, a *orchestra*, com 7m de raio, revestida a *opus sectile* em tons de cinzento e rosa; depois, o *proscenium*, cuja fachada recortada articulava três *exedrae* semi-circulares, e outras seis, rectangulares. Ao fundo do palco erguer-se-ia a *scaenae frons*, hoje totalmente desaparecida, mas cujos elementos decorativos subsistentes, como as colunas estriadas capitéis jónicos, outrora revestidos por estuque ou *opus albarium*, indiciam certo requinte decorativo. No entanto, e, ao contrário do modo latino, o monumental edifício lisboeta integra-se, pela sua disposição, aninhada na encosta, e com a *cauea*

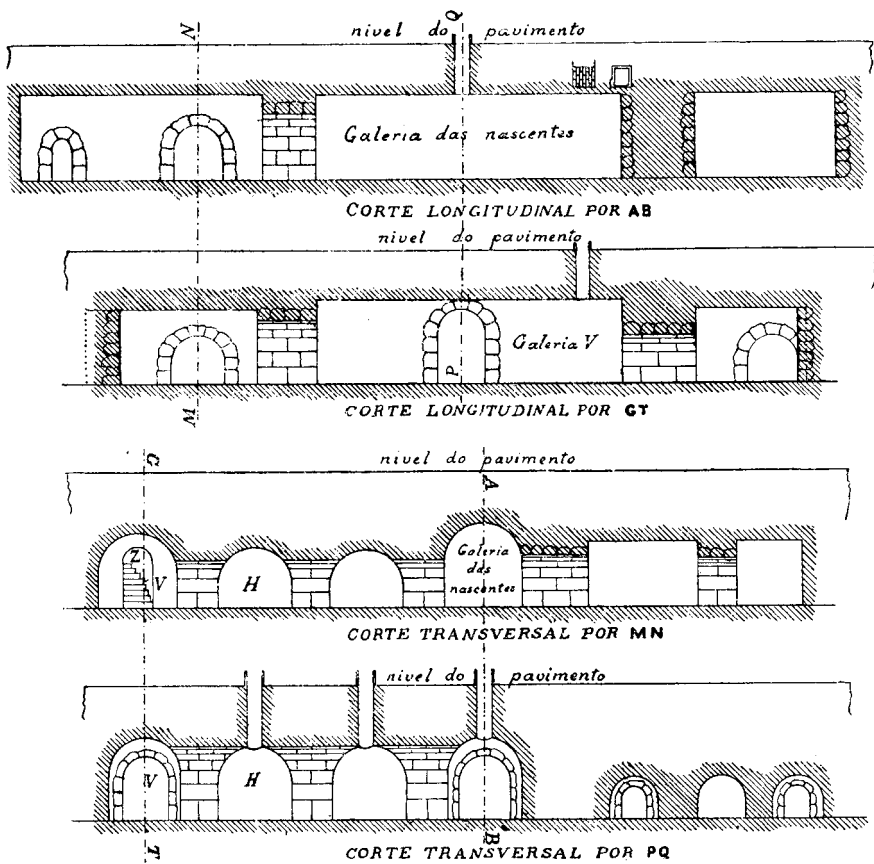
aberta ao Tejo, no modelo arquitectural grego e, talvez não lhe seja alheio – atendendo ao número de gregos que aqui aportaram nos começos do Império –, uma maior dependência deste teatro aos modelos helénicos (os edifícios de transição apelidados de greco-romanos), o que, porventura, revelará «uma maior antiguidade de implantação do que se tem pensado até ao momento» (Maciel 2005, 16; sobre o teatro romano de Lisboa veja-se, também, entre outros, Moita 1970; Alarcão 1982, Id. 1986; e Hauschild, 1994). Situação aparentemente corroborada pelo achamento, em 1966-1967, de um fragmento de mármore branco, no qual se pode ler parte de uma inscrição em caracteres gregos: ΜΕΛΠΙΟ[...], ou seja, Melpó(mene), a musa da tragédia. Para este fragmento relevado, onde se evidencia parte de um antebraço e do braço dobrado, propõe Hélder Coutinho, na sua reconstituição hipotética, que a filha de Júpiter e Mnemósine segurasse na mão desaparecida uma máscara (Coutinho 1996, 134-135, figs. 7 e 10). Apesar das suas reduzidas dimensões, supõe-se ter pertencido a um relevo com representação iconográfica numenal. Todavia, a localização primitiva do referido friso ornamental não tem sido consensual, pois, enquanto Irilvalva Moita (1970, 16, est. XIII, n.º 27) o coloca na *scaena*, Jorge de Alarcão (1982, 290, lám. 8) aponta para as *exedrae* do *proscenium*, considerando que aquela cercadura seria descontinuada atendendo também à existência de um rebaixamento de 65mm e de dois entalhes, passíveis de receberem uma placa decorativa do género do pedaço encontrado (Coutinho 1996, 135). No que respeita à cronologia, os autores citados apontam para o século I d.C., e, desta mesma época, foi também recolhida por Fernando de Almeida parte de um busto feminino com diadema, cuja face desapareceu já, subsistindo o penteado, encaracolado na parte superior e descaído em madeixas sobre a nuca (Moita 1970, 16; Almeida 1973, 37; Alarcão 1982, 290, lám. 8; e Souza 1990, que omite esta escultura no seu inventário). Mas as peças de arte mais significativas que aqui se encontraram, provavelmente esculpidas em mármore de Estremoz, reportam-se ao obeso par de silenos ébrios deitados sobre pele de animais e segurando, cada um deles, um odre de onde saía água perfumada. Estes poderão constituir também um indicador de que a arquitectura, juntamente com o baixo-relevo com inscrição grega e considerando ainda a sua implantação no terreno com a *cauea* aberta ao Tejo, que na origem do teatro de *Olisipo* tenha subjazido um programa helenístico, pois, na verdade, a figura do Sileno e a sua ligação ao drama satírico ateniense encontra-se já testemunhada desde o século IV a.C. (Coutinho 1996, 130).

TERMAS ROMANAS DEDICADAS A ESCULÁPIO

NAS RUAS DA PRATA E DOS RETROZEIROS, EM LISBOA

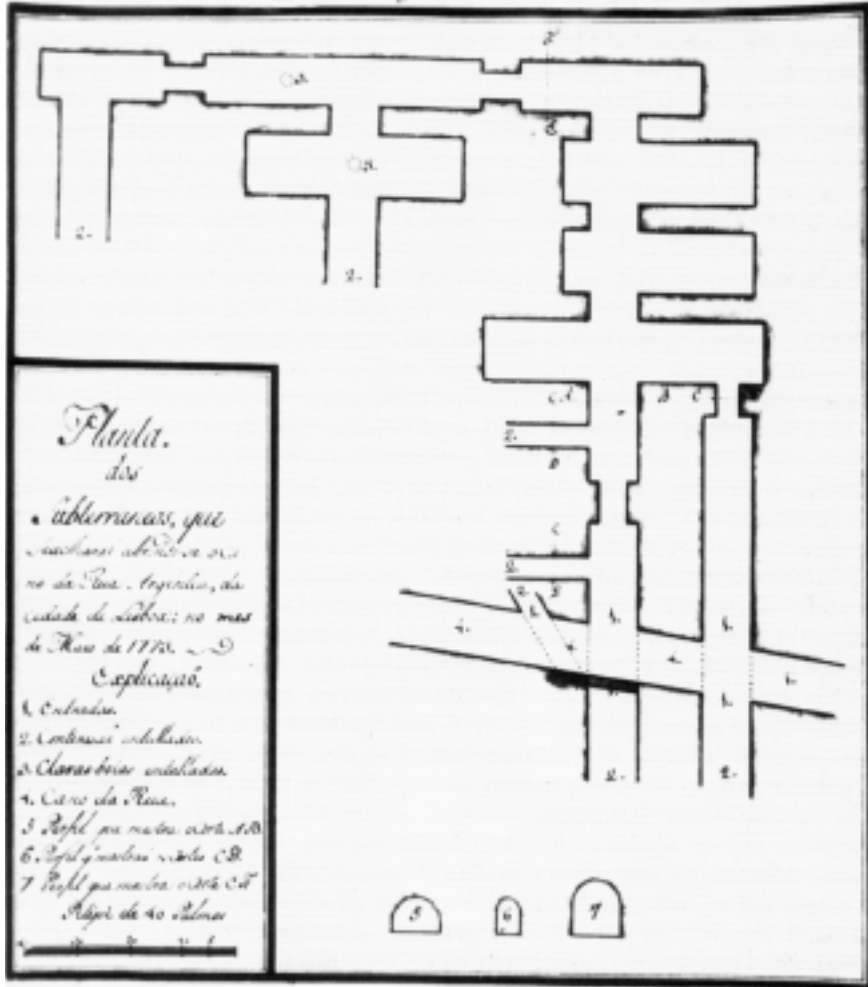
ESCALA 1:200

Cortes verticais da parte actualmente visível



Cortes do monumento romano da Rua da Prata, segundo A. Vieira de Silva, *Dispersos II*, Lisboa, p.313

*Planta ao Cam. do Ar. M. de S. João de S. Pedro. De
 Junho de 1773. De*



Primeira planta das conservas de água da Rua da Prata, levantada em 2 de Junho de 1773. (Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Plantas Arquitectónicas, Assuntos Portugueses, Pasta I, Planta nº 4) © AN/TT, Lisboa

4. Uma cidade em crescimento

A par dos silenos, de um fragmento de um eventual retrato e um outro de um baixo-relevo representando a musa Melpómene, todos eles descobertos no teatro e já referidos, apenas se conhece uma outra escultura de vulto detectada no aro olisiponense. Trata-se, pois, de um sátiro que, durante muitos anos, integrou um fontanário no Convento de São Domingos de Benfica – e que se encontra actualmente no Museu da Cidade –, tendo sido descrito, no século XVII, por Frei Luís de Sousa, nos seguintes termos:

«Passado o claustro, quem busca a horta do Convento dá a poucos passos em huma praça empedrada (...) tem a mesma praça de huma parte huma graciosa fonte, e da outra hum espaçoso tanque (...) a fonte se faz em hum arco, que formado de brutescos varios, e vistosos, arremeda huma gruta natural. Dentro parece assentado hum grande e bem proporcionado Satyro, imitando com propriedade os que finge a poesia. Em toda a sua figura mostra um rosto rizonho, e alegre huma simplicidade montanhesa, com que esta convidando a beber de huma concha natural, que tem apertada com o braço, e mão esquerda, da qual sahe hum fermoso torno de agoa: e justamente com a direita acode como arrependido a cobril-a; e faz geito de a querer retirar, dando com huma e negando com outra» (Sousa 1977, 821)¹⁹.

Para além desta peça, há notícia de uma outra estátua de mármore, representando Hércules deitado sobre a pele de Leão (Campos 1907, 107)²⁰. Finalmente, nas termas dos Cássios terá sido encontrada uma estatueta, também de mármore, representando – de acordo com Tomás Caetano de Bem (segundo transcrição de uma carta do Padre, in Castilho 1884, 153-154)²¹ – uma figura envergando rico traje militar, mas com ornato segundo o hábito

19 Apesar de se conhecerem abundantes referências ao Sátiro – que acreditamos ter pertencido a alguma *villa* suburbana ou que tenha sido levado da cidade para o Convento por algum erudito – nenhum dos autores compilados arrisca uma datação para esta peça, hoje, bastante mutilada (Andrade 1859, 145; Pereira 1889, 99; Barbosa 1863, 90; Vasconcellos 1895, 63; Id. 1913, 243-244; Silva 1944, 91-93; Matos 1966, 48-49; e Souza 1990, que não refere esta peça no seu inventário).

20 Subsistindo, todavia, dúvidas acerca da cronologia desta peça escultórica adquirida como sendo romana pelo actual Museu Nacional de Arqueologia, mas cujo paradeiro é hoje desconhecido.

21 Esta epístola foi integrada na 2.^a edição da obra de Christovam Rodrigues, *Summario em que Brevemente se Contem Algumas Cousas Assim Ecclesiasticas, como Seculares que ha na Cidade de Lisboa* in Figueiredo 1889, 153-154, Bastos, 104; Silva 1944, 90-91 e Matos 1966, 29-30, mencionam igualmente esta estatueta.

imperial. Outras esculturas que, decerto, decoravam os principais espaços públicos e religiosos de *Felicitas Iulia Olisipo* são, hoje, apenas intuídas através da epigrafia que o tempo nos legou. Assim, num prismóide de mármore permanece uma inscrição dedicada a *Diuus Augustus* (CIL II 182 = *Ep. Olis.* 74) que provavelmente sustinha uma estátua do imperador divinizado e que foi, segundo a mesma epígrafe, mandada erigir pelos *augustales* *C. Arrius Optatus* e *C. Iulius Euthicus* (inscrição que, nos inícios do século XVI, se encontrava na Igreja de São Tiago, ou próximo dela: Brito 1690, 544; Hübner 1869, 25; Vasconcellos 1913, 325; e Silva 1944, 182-183). E, apesar de – como vimos – Augusto ter recusado em vida tal titularidade, ainda que tivesse consentido a sua veneração, a guarda hispânica do *princeps* – constituída essencialmente por vascões de Calahorra – e outros veteranos, em muito contribuíram para a eclosão espontânea do culto imperial na Hispânia, pois tinham o costume de reverenciar os seus chefes, quando estes revelavam um carácter heróico e eram militarmente aguerridos. Tibério também adoptou e oficializou esta devoção, apesar de, tal como o seu antecessor, ter recusado a sua divinização em vida, a qual, segundo Robert Étienne, foi, ao longo do tempo adquirindo foros de culto estatal e o imperador transformou-se, ele próprio, não «le fils d'un personnage divinisé, mais il est le fils du divin, c'est-à-dire d'un dieu (...). Le fils de divin à divin» (Étienne 1974, 389).

Depois da morte de Augusto, em 14 d.C., abundam as epígrafes que a partir de então foram dedicadas ao culto imperial, a par de outras que se integram no panteão clássico, como sejam as de *Iuppiter*, de *Appolo* e *Mercurius*, pressupondo a existência de templos onde se integrariam. As mais recentes interpretações relegam a modéstia de um altar ou de um simples templo subjacente ao cerimonial dedicado ao aludido culto imperial, e consideram que estaria inteirado em complexos arquitectónicos com pórticos por onde seguiam efusivos cortejos processionais (Étienne 2002, 101-102), atribuindo-lhe, deste modo, uma maior espectacularidade. Nesta perspectiva, convém não esquecer que para os romanos, independentemente das épocas, dos locais ou dos deuses cultuados, a religião foi sempre assumida como um modelo político (Dias 2002, 95). Refira-se, por outro lado, que um certo burguesismo indígena encontrou também no flaminato municipal (opondo-se inclusivamente ao culto provincial) uma forma de integrar a classe dirigente, porquanto o seu exercício oferecia-lhe a possibilidade de elevar-se à carreira equestre. Ou seja, esta burguesia romanizada serviu-se também do sacerdócio como meio de ascensão

social, pelo que progressivamente o culto imperial se foi alargando, primeiro à imperatriz, cujas *flaminicae* eram sacerdotisas de pleno direito até que, finalmente, abarcou a veneração de toda a *domus augusta*, ou seja a própria família imperial²², não deixando de se associar intimamente ao culto de *dea Roma*: «Le trinôme Rome, les Augustes et les divi est une parfaite Trinité» (Étienne 1974, 236).

Durante o seu reinado, Tibério – talvez na continuidade do programa delineado por Augusto – realizou também ele uma série de benefícios urbanos, os quais, mercê da proximidade cronológica e tipológica é difícil de destrinçar em relação à obra do seu antecessor. Por conseguinte, o facto de se ter achado no criptopórtico da Rua da Prata – estrutura artificial criando uma plataforma nivelada, mas suficientemente robusta para sustentar um edifício ou um conjunto edificado – uma lápide datável do seu império, esta não, constituirá, si só, elemento inabalável para atribuir a fundação da referida estrutura a este imperador. De facto, este embasamento, ainda deficientemente conhecido devido às difíceis condições de acesso²³, é, na área já cartografada, constituído por uma rede ortogonal de galerias e espaços abobadados, sobre o qual subsistem vestígios aparentes de um pátio outrora forrado com lajes, bem como um tanque revestido com *opus Signinum* com escoamento para o interior de uma das galerias e foram igualmente recolhidos no local fragmentos de mármore que indiciam uma rica ornamentação do edifício. No seu interior, subsiste uma nascente de águas medicinais, e o achamento da referida *inscriptio* dedicada a Esculápio contribuiu para que, numa primeira análise, se considerasse estar-se perante um edifício termal. Entretanto, Jorge de Alarcão (1994, 60), hesitando igualmente na sua classificação tipológica, vai perfilhando, com alguma prudência, as teses tradicionais; enquanto que Francisco Alves (1994, 128) alvitra que esta construção abobadada tratar-se-á de um *horreum*, edifício para armazenamento que era comum existir em muitas zonas portuárias; mas, por outro lado, Cardim Ribeiro (1994, 194) propõe para esta

22 Alarcão (1994, 61) refere que em Lisboa foram encontradas catorze inscrições que nomeiam sacerdotes do culto imperial, quer sejam augustais, quer sejam flâmines e flamínias. A propósito de outras devoções, menciona diversas referências às divindades do panteão clássico e recorda, com toda a naturalidade, que as evocações aos deuses indígenas não estarão presentes no aro urbano de *Olisipo*, ainda que se conheçam vários exemplares atestados no seu *ager*.

23 Descoberto em 1770, permanece soterrado e os níveis freáticos mantêm-no constantemente inundado, pelo que a sua acessibilidade está condicionada ao seu esvaziamento e constante bombagem da água.

grandiosa estrutura, atendendo à relevância de *Felicitas Iulia Olisipo* como cidade portuária, a hipótese de tratar-se de vestígio de um *forum* corporativo.

Todavia, se hoje não subsistirão já dúvidas de que o edifício em causa se tratará, afinal, de um criptopórtico, Fabião (1994, 69) afirma que com os elementos disponíveis é difícil proceder à sua classificação. Este estudioso considera válida a hipótese de se estar perante antigo edifício termal, mas inclina-se sobretudo para a hipótese de se tratar de um *forum*, argumentando a favor desta tese com os paralelos descobertos em *Ebora Augusta*, em cujo fórum se encontrou um espelho de água, e os embasamentos que sustentam os *fora* de *Conimbriga* e de *Aeminium*. Finalmente, Justino Maciel que, para além de considerar que a análise do edifício lhe interessa sobretudo «como documento da arquitectura romana», adianta «que nenhuma das hipóteses defendidas poderá ser rejeitada *in limine*» (Maciel 1994, 40). Este autor, entre outras suposições colocadas, considera, baseando-se em Vitruvius, tratar-se de uma estrutura no contexto de um *emporium*: «Efectivamente, os portos prestarão naturalmente melhores serviços se estiverem bem situados e possuírem espigões ou promontórios salientes, a partir dos quais, para o seu interior e segundo a natureza do lugar, sejam formados ângulos ou curvaturas. Em volta deverão construir-se pórticos ou arsenais, bem como acesso dos pórticos para os empórios. De um e do outro lado dos portos deverão ser erguidas torres, a partir das quais, por meio de máquinas, se possam passar correntes de ferro de um lado ao outro» (Vitruvius 2006, V, XII, 1). Esta sugestão de se estar perante uma praça de comércio marítimo, aproxima-se, de algum modo, da teoria já explanada por Cardim Ribeiro (1994, 194). Todavia, no que concerne ao interior deste *cryptoporticus*, constata-se que muitas das galerias ostentam aparelhamento em *opus quadratum* almofadado – indício de que na sua fase primeva terá integrado uma importante construção – e, ainda que não apresente qualquer aproximação cronológica, Maciel considera que terá havido uma reformulação e descentramento de abóbadas e de rebocos, obra que acredita ter sido executada em virtude de o edifício ter recebido uma outra funcionalidade, designadamente transformando-se numa cisterna, para armazenamento de grandes quantidades de água (Maciel 1993-94, 148, Id. 1994, 40), indispensáveis, aliás, ao fabrico intenso de conservas de peixe que bordejava o esteiro fluvial. Podemos supor, no contexto enunciado, que a adaptação do criptopórtico a cisterna tenha ocorrido numa época de escassez e que a água levada pela conduta se tivesse tornado insuficiente para abastecer a cidade e,

em simultâneo, sustentar a grande produção de conservas de peixe. De facto, esta adaptação poderá ter tido a ver com a reestruturação das fábricas, na segunda metade do século III, e o substancial aumento de produção e exportação observado na centúria seguinte (Amaro 1994^a, 73).

Com efeito, uma grande parte da riqueza de *Olisipo* adveio dos abundantes recursos piscícolas e do sal que o Tejo lhe oferecia, todavia, os testemunhos da indústria conserveira iam muito para além do próprio centro urbano designadamente na actual zona de Belém, onde, em 2006, se pôs a descoberto, na antiga casa do governador da Torre, um outro importante conjunto de cetárias, atingindo algumas delas – segundo António Varela – os 7 m de comprimento por 5 m de largura (Henriques 2006, 48), continuando para os *agri* a poente e a sul do Tejo, onde se fabricavam também ânforas destinadas ao envasamento e transporte dos produtos²⁴. Nesse sentido, esta cidade romana continuou e dinamizou numa perspectiva industrial em grande escala (que abrangia o fornecimento das legiões, incluindo as que defendiam o *limes*) – que era aliás apanágio da estrutura económica em que assentava o Império – aquela já antiga actividade económica, conforme nos revelam os abundantes testemunhos de fábricas de conserva datáveis, praticamente todos eles, dos séculos I e II d.C., tendo sido ampla a sua dispersão geográfica, não só ao que concerne à Lusitânia, mas, também, à Bética e à Mauritânia, ainda que neste último caso apresente uma cronologia mais recuada (Bugalhão 2001, 38). Esta zona industrial, como era hábito nas cidades romanas integrava-se no próprio tecido urbano e, nesse sentido, poder-se-á ter como válida a hipótese de que o eixo da via que indo da Casa dos Bicos até ao polémico criptopórtico e, prolongando-se para noroeste, inteirava as unidades fabris hoje conhecidas, no sistema ortogonal que a reforma de Augusto impusera ao velho povoado. Detectaram-se vestígios de *cetariae* destinadas ao fabrico de preparados piscícolas, sobretudo de *garum*, ao longo da Baixa Pombalina: na própria Casa dos Bicos, na Rua Augusta, no antigo Mandarim Chinês, na Rua dos Correeiros, na Rua dos Douradores, na Rua dos Fanqueiros e na Rua dos Correeiros

24 Foram também detectados indícios de tanques junto da velha porta do castelo de Cascais (Amaro 1994, 77) e na *uilla* cascaense de Casais Velhos (Alarcão 1994, 62) e abrangendo, igualmente, a margem esquerda do estuário deste grande rio, com possíveis fábricas em Cacilhas e em Porto Brandão. No entanto, se em relação a estas unidades subsistem algumas dúvidas, está claro que em Muge, Garrocheira, Porto dos Cacos e Quinta do Rouxinol se situavam os centros de olaria que produziam os contentores para transporte do *garum* (Bugalhão 2001, 50), todos eles integrando possivelmente *uillae* dispersas pela faixa ribeirinha (Amaro 1985, p. 18).

(Bugalhão 2003, 127), e no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (Millenium bcp), onde, até agora se pôs a descoberto um impressionante complexo industrial, cuja área atinge os 409 m² e detinha uma capacidade de produção de 288 m³, ou seja, o nível de produtividade desta unidade fabril era apenas ultrapassado pelas *cetariae* de Tróia (Bugalhão 2001, 81). Durante as escavações da fábrica da Baixa Pombalina foi intervencionada parte de uma necrópole republicana, com enterramento mistos, tendo-se descoberto oito inumações infantis, algumas delas em posição fetal, bem como uma urna de incineração e áreas destinadas à cremação dos corpos. O espólio funerário ali recolhido é comum neste género de sepulcrários, designadamente ungentários de vidro, cerâmicas de paredes finas, *sigillatas* itálicas e campanienses (Bugalhão 2001, 31). No espaço escavado recolheu-se também uma cabeça de uma estatueta de bronze, fabricada segundo a técnica da cera perdida, representando um jovem imberbe, mas cujos traços da face e volume do cabelo reflectem um trabalho oficial pouco aprimorado.

No que concerne aos testemunhos ainda reportáveis ao século I d.C., temos que contar com os melhoramentos que *Caius Heius Primus* ofereceu ao teatro olisiponense, num claro gesto de auto-promoção e evergetismo, tão frequente, aliás, na época romana, que visava não só evidenciar o estatuto social, mas, também, o poder económico do benfeitor. Assim, este flâmine augustal terá providenciado a marmorização dos principais espaços do teatro, designadamente o pavimento da *orchestra* e o *proscenium* (Matos 1994, 109; e Maciel 1995^a, 87), onde corre monumental inscrição que *C. Heius Primo Cato*, augustal perpétuo, dedicou, em 57 d.C., ao imperador Nero (*CIL* II 183 = *Ep. Olis.* 70):

NERONI. CLAVDIO DIVI. CLAVDI. F. GER... AVG... GERMANICO
PONT.MAX.TRIB.POT.III IMP.III.COS.II DESIGNATO III PROSCAENIVMET
ORCHESTRAM CVM ORNAMENTIS. AVGVSTALIS PERPETVVS C. HEIVS
PRIMVS...

Pressupondo igualmente a erecção coeva de estátua do César (Azevedo 1815, 12; Hübner 1869, 25 e 811; Id. 1871, 10; Castilho 1884, 113 e 118; Azevedo 1898, 319; Vasconcellos 1913, 325; Id. 1959, 173, Silva 1944, 59-60 e 172-175; e Matos 1966, 30). Nas ruínas deste imponente edifício foi também encontrada a base epigrafada (*CIL* II 196 = *Ep. Olis.* 71), suposta base de uma escultura do próprio ofertante (Azevedo 1815, 13, fig. IV e 60, fig. X; Hübner 1869, p. 27; Id. 1871, 11; Castilho 1884, 161; Vasconcellos 1913, 325; Id. 1959, 173; e Silva 1944, 177-178). *Caius Heius Primus, augustalis perpetuus*, vê registado

na epígrafe que lhe é dedicada o nome de dois dos seus libertos, assim como o dos seus quatro filhos. Refira-se, a propósito, que *Heius* é um gentílico itálico que, apesar de se encontrar pouco difundido, a sua presença é notória sobretudo nos importantes centros portuários, como era, aliás, o caso de *Felicitas Iulia Olisipo*. Na verdade, os *Heii* eram uma antiga e rica família que – para além de alguns dos seus membros terem exercido diversas magistraturas locais no tempo de Augusto –, se dedicava, certamente, à indústria (com testemunhos epigráficos no norte de Itália e no Norte de África, no que concerne ao fabrico de lucernas) e ao comércio marítimo, pois encontramos-os sobretudo fora de Itália (Fernandes 2005, 34).

Subsistem, ainda, ao longo dos séculos I e II, outros exemplos epigráficos, os quais, pela sua compleição, indiciam que nesta cidade eram abundantes as consagrações, não só aos imperadores, mas, também, à *domus augusta* e a membros da administração provincial, passíveis de considerar como bases de estátuas ou de bustos. Assim temos: uma notícia de uma saudação imperial a Vespasiano (*CIL* II 185, *Suplemento*, 109 = *Ep. Olis.* 80), descoberta nos alicerces de São Vicente de Fora, em finais do século XVI, e datado do ano de 79 d.C. (Azevedo 1753, 86-87; Hübner 1869, 26; Castilho 1884, 118-119; Silva 1939, 8; Id. 1944 190-192); o monumento erigido a *Hadrianus* (*CIL* II 186 = *Ep. Olis.* 91), ostentando cargos e títulos inerentes ao imperador que, no segundo quartel do século XVI, estava em frente ao convento de Xabregas, ao tempo termo de Lisboa (Hübner 1869, 26; e Silva 1944, 203-204), cuja inscrição é semelhante à da imperatriz Sabina Augusta (*CIL* II 4992), mandada insculpir pelos duúnviros *M. Gellius Rutilanus* e *L. Iulius Auitus*, estando datada de 121. Ou, no que concerne à administração provincial, refira-se a memória levantada em honra de *L. Caecilius Celer Recto*, *Questor Provinciae Beticae*, tribuno do povo e pretor; que Hübner (1869, 26; Id. 1871, 9), ainda que vagamente seguido por Silva (1944, 126-127), datou de 108 d.C., mas que autores mais recentes – como Alföldy (1969, 188-189, 280 e 282) e Ribeiro (1982-83, 345 e 449, n. 84) –, contrapõem com uma proposta cronológica mais avançada, abrangendo os finais do século II ou já mesmo a centúria seguinte.

Data também do século II o mosaico bicromático que se descobriu numa sondagem realizada na Rua dos Correiros (*sondagem* 34), junto à zona industrial de preparados piscícolas. Porém, pelo facto deste reduzido e fragmentado conjunto ter sido recolhido juntamente com entulho variado é, de todo, impossível atribuir-lhe uma proveniência segura. Mas pela sua morfologia que

revela alguma qualidade técnica e, sobretudo pelos diamantes, ou quadrados escalonados representados, ao longo do que parece ser uma moldura interior ou de separação de eventual esquema de quadrados justapostos, poder-se-á atribuir-lhe, com alguma segurança, influência italiana, não só porque este esquema surgiu naquele território – com primeiros exemplos em Teramo e na *Via Ardeatina* –, mas também porque o diamante terá tido origem e ampla difusão na referida centúria (Caetano 2001, 65-82; Id. 2006, 23-34). No interior da grande cloaca – com 1,60m de altura por 0,70m de largura, que, em época não determinada, terá sido propositadamente entulhada, que corre sob o troço da via de acesso ao Teatro posta a descoberto no claustro da Sé –, recolheram-se, também sem contexto definido, alguns fragmentos de mosaico bicromático, cuja reconstituição possível revelou uma banda exterior com diamantes não contíguos e campo revestido por um esquema ortogonal de quadriláteros tangentes com círculos inscritos formando polígonos côncavos, revelando tal-qualmente influência itálica, com paralelos próximos em dois mosaicos ostienses do século II; no mesmo dreno encontrou-se diminuto pedaço de *opus tessellatum* polícromo, cujas dimensões não permitem que sobre ele se proceda a qualquer estudo analítico, ainda que pareça tratar-se do que resta de um mosaico já do século III (Caetano 2006, 23-34).

5. A crise do século III ou o advento de um mundo novo?

As crises que no século III abalaram o mundo romano, num movimento abrupto proporcionado quer por pressões exógenas, quer pela sua própria implosão. A «época dos Severos (192-235) marca no Império a entrada decisiva num sistema de transformações profundas em que, à crise interna das instituições romanas, se acrescentam factores que imprimem uma maior aceleração do processo de dialéctica político-social que leva à mudança e ao aparecimento de uma nova situação que historicamente se designa por Antiguidade Tardia» (Maciel 1996, 25). Factos que, inequivocamente, contribuíram para redireccionar o percurso de um vasto universo que até então ambicionava e vivia em função de uma certa *praxis* romana²⁵. E se, por um lado, a instabilidade que se come-

25 Este fenómeno de instabilidade contribuiu para que se trouxessem igualmente à superfície ancianos substratos, cuja força renovada concorreu também para o advento de novos signos, designadamente, e a mero título exemplificativo, refira-se que a inunção se foi tornando preferencial ao antigo uso

çou a verificar na época do africano *Septimius Seuerus* – casado com *Iulia Domna*²⁶, uma síria filha de um sacerdote do culto de Baal – contribuiu para que a piedade à *domus augusta*, que agira séculos antes como um mecanismo regulador e, até mesmo, englobante de uma sociedade que apesar de plural se queria una, por outro lado também foi esmorecendo a fé no imperador divino²⁷, cedendo definitivamente lugar a ressurgimentos de antigas devoções indígenas e a outros mistérios, estes de proveniência oriental – atendendo a que alguns deles que se vinham dispersando ao longo do vasto Império já desde o século II, operando a mudança dos contextos filosófico-existênciais e a integração progressiva de novas atitudes perante a religião –, tais como, a veneração de Ísis e de Serápis, de Cíbele, os mistérios dionisíacos, o Mitraísmo – sobretudo entre os militares –, o Judaísmo e o Cristianismo. Foi, igualmente, nesta altura em que desabrocharam diferentes modelos económicos, sócio-culturais, artísticos e religiosos que o Cristianismo se impôs, até porque, de

romano da cremação. Mas neste tempo de mudança conviveram, por muitos séculos ainda, dois modos de estar pelo que, no âmbito dos ritos fúnebres, de que constituirão exemplo a tampa do denominado sarcófago das Musas e de um outro de Vila Franca de Xira (mas provindo, talvez, de Castanheira do Ribatejo), ambos importados de Roma na segunda metade do século III. O primeiro, procederá, talvez, de uma possível *uilla*, em Chelas, e, em termos decorativos ostenta, ao centro, os poetas sentados e nas extremidades as musas Melpómene e Talia que seguram, respectivamente, as máscaras trágica e cómica e, no ângulo oposto, Polímnia e uma outra musa não identificável pela ausência de atributos (Souza 1990, 72, fig. 139; e Alarcão 1994, 63). O segundo sepulcro carrega imponente simbólica dinisíaca, no seu formato oval e na sua decoração profusa com vides e *putti* colhendo e encestando frondosos cachos de uva, blasonando o centro um medalhão revelado com o busto de uma menina (Souza 1990, 72, fig. 140). O achamento destes túmulos ricamente trabalhados, acaso revelarão que a inumação era já uma prática corrente e cuidada, ao nível das classes abastadas daquela época. Facto que, deveras contrasta, com as classes mais pobres que inumavam os seus corpos em modestas caixas de pedras mal talhadas, postas ao alto e cobertas por lajes, num modelo que perdurou durante séculos, como seja o caso, na margem esquerda do Tejo, designadamente no grande centro oleiro do Porto dos Cacos, onde a inumação se encontra bem presente, com 37 enterramentos detectados até ao momento, no período compreendido entre os séculos III e inícios do V (Sabrosa 1996, 287).

- 26 Na *uilla* de Santo André de Almoçageme (concelho de Sintra) foi recolhida a cabeça de uma estatueta em terracota, com 57mm, que foi identificada como uma representação, provavelmente de cariz votivo, desta imperatriz (Sousa 1988); em *Eburobrittium* descobriu-se também uma pequena cabeça feminina em terracota que, apesar de não se encontrar identificada nem datada (Moreira 2002, 102, fig. 91), aparenta algumas similitudes com a de Santo André de Almoçageme. E, ainda que mais destruída, detectou-se outra cabeça feminina similar às já referidas na *uilla* de Freiria (Cascais), igualmente datada do século III (Cravinho 1993-94, 346, figs. 6-9).
- 27 Será, pois, neste contexto que se poderá entender que dos diversos *monumenta* imperiais assinalados em Lisboa nos séculos anteriores, apenas se conheça um único exemplo desta época. Trata-se da base epigrafada de uma estátua erigida a *Philippus* (CIL II 188 = *Ep. Olis.* 93) pela cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*, em 248, que, nos inícios do século XVI, se encontrava «na torre do chafariz d'El Rey mor» (Azevedo 1753, 282; Hübner 1869, 26; Castilho, 1884, 123; Silva 1939, 8 e 154-155; Id. 1944, 206-207).

algum modo, terá sido a própria moral augustaica que «acabou por deixar marcas na concepção romana da vida que facilitarão o advento do Cristianismo; as virtudes do trabalho (...) sempre assistido pelos deuses, e de uma infinita piedade para com eles, expressa no sacrifício e na prece, não foram alheias à religião romana e serviram, na ordem prática, para a realização individual e familiar» (Dias 2002, 95).

Entretanto, no âmbito desta paz aparente, em *Felicitas Iulia Olisipo* procedeu-se à reconstrução das chamadas termas dos Cássios, em 336, patrocinadas por Numério Albano, *praesis* da província da Lusitânia, conforme epígrafe descoberta no local (Silva 1944, 48-50 e 114-115, n.º 22; Maciel 1994, 35). Estas, redescobertas após o terramoto de 1755, foram minuciosamente descritas pelo insigne antiquário Padre Tomás Caetano de Bem, que efectuou também um modesto desenho do edifício, que, na sequência das obras, viria de novo a ser entulhado²⁸. Foi, contudo, apenas há alguns anos e por motivo de obras de beneficiação do Palácio Penafiel que ali se pôde encetar uma metódica e continuada intervenção arqueológica. Durante a escavação foram localizadas e definidas várias paredes do edifício termal, algumas delas com reduzidos vestígios de frescos *in situ*, bem como a zona dos banhos quentes e o vestiário.

Todavia, o esforço de contenção dos povos invasores expendido pelo Império contribuiu, sobremaneira, para a fragmentação da sua estrutura, da sua política, da sua economia e dos seus exércitos, ao ponto de estes acontecimentos terem originado, ao longo do século III²⁹, um movimento migratório das elites abastadas para as suas *uillae* rurais, onde escapavam igualmente aos

28 «Um grande banho, ou piscina, do feito de metade de um cylindro; servia-lhe de cupola o segmento de uma ellipse; isto é, a forma que apresentava era a de um nicho, de quarenta e cinco palmos de altura, vinte e dois e meio de largura, e doze de base ou grossura.

Aos pés do nicho abria-se um tanque, cuja figura era um segmento de circulo. O seu lado curvo era a parede do nicho; e da parte de fóra fechava-o uma parede em linha recta, de dez palmos de altura. Dentro do tanque descobriram-se junto ao nicho os vestigios de um assento, e ao pé delles os signaes de um cano de agua.

O material todo era excellente, escusado é dizel-o.

Duas escadas, de cinco degraus cada uma, aos dois lados da parede exterior; conduziam ao interior do banho; comprimento dos degraus, dois palmos; altura, três quartos de palmo. Pelo que se vê tudo foi conscienciosamente medido e esquadrihado.

Dentro do nicho grande da piscina abria-se a meia altura outro nicho pequeno, onde foi encontrada uma estatueta. Era em marmore branco; representava um guerreiro romano, a modo um general; elmo; pescoço nu; armadura; sobre o peito esculpido um sol; sobre o ventre duas esphinges aladas. Na mão esquerda um escudo, onde se divisava em relevo a loba a amamentar Romulo e Remo. Na cabeça, n'um braço, e n'uma perna, alguns destroços, causados do tempo, ou de circumstancia fortuita» (in Castilho 1884, 95-96, n. 16).

impostos e às suas obrigações para com o *populus* da cidade. E se assumimos hoje que, de certo modo, existiu uma urbanização do universo rural, porquanto se transpuseram então muitas vivências urbanas para o campo (cfr., v.g., Gorges 1974), poderemos, igualmente, supor que tenha ocorrido um processo inverso, ou seja, que se tenha verificado uma ruralização da cidade – ainda que, num primeiro momento, consideremos a hipótese de ter tratado essencialmente de um fenómeno mental –, até porque, com o afastamento da aristocracia, que tinha obrigação de patrocinar os *ludi* teatrais, ali se mantiveram, para além de uma burguesia enriquecida e com bastas pretensões sociais (muitos deles antigos libertos aos quais Caracala concedera, em 212, a cidadania), sobretudo os operários e os artífices, de baixa condição económica, social e cultural, para os quais os modelos clássicos eram absolutamente despidiosos. Deste modo se justificará, talvez, que no teatro olisiponense se tenham encontrado vestígios de eventuais adaptações, eventualmente patrocinadas por esta nova elite urbana, para espectáculos com água que – nesta nova era – se tornaram frequentes, uma vez que subsistem marcas de passagem de água da referida *orchestra*, através do *proscenium*, para a *colymbetra* (Maciel 1994, 39; Id. 1995, 87).

Quando a necrópole da Praça da Figueira foi abandonada no século III (Alarcão 1988a, 125)³⁰, construiu-se, nas suas imediações (na área hoje corres-

29 Na verdade, no *limes*, as pressões bárbaras haviam-se igualmente começado a sentir desde finais do século II, onde os exércitos romanos tentavam travar a entrada dos povos germânicos para o interior do Império, ou controlando os movimentos dos que entretanto já ali se haviam instalado; e, nos começos do século III, durante o reinado de Caracala, registaram-se revoltas na Gália e a *confederatio barbarica* ia penetrando, cada vez mais, o território romano, ora como bandos de salteadores, ora como tribos que se fixavam em terras que lhes eram oferecidas; processo que, de certa forma, culminou em 235, quando em campanha contra os Persas, Severo Alexandre foi assassinado por soldados das suas próprias legiões amotinadas.

30 Já há alguns anos, na sequência das obras de construção da rede do metropolitano pôs-se a descoberto, na Praça da Figueira, uma necrópole, cujas primeiras sepulturas datam da primeira metade do século I d.C. (Alarcão 1988, 125), facto que, *de per si*, é indicador que, naquela época, esta zona, actualmente em pleno centro de Lisboa, integrava já o arrabalde da cidade, para além do *pomerium*, isto é, fora da zona amuralhada que deveria circundar a cidade. Refira-se, por outro lado, e a título de curiosidade, que no espaço que precedia o pomério – decerto por razões de salubridade – não se podia proceder à cremação ou enterro de cadáveres, nem supliciar os condenados, quer porque tivesse sido essa a sua origem, quer fosse por razões honoríficas, quer, ainda, porque não se deveria «jamais perder a perspectiva de defesa no caso de alteração da paz» (Maciel 2005, 20). Existia uma outra necrópole na área do Campo de Santana e, eventualmente, uma terceira necrópole na zona meridional da cidade (Alarcão 1994, 60). Neste sentido, talvez a chamada Porta de Ferro, estrutura de cronologia e função não identificáveis, pudesse integrar a muralha do ópido. Alarcão (1994, 60): afirma que a Porta de Ferro não se trata, afinal, de vetusto vestígio de um arco do triunfo, mas que possivelmente integraria alguma construção monumental, sem, no entanto, lhe outorgar um posicionamento concreto.

pondente à Praça D. Pedro IV) e pelos meados do mesmo ou nos inícios do evo seguinte um circo (Sepúlveda *et al.* 2002, 259), do qual subsiste parte de uma estrutura identificada com a barreira. Sabe-se, hoje, que as corridas de cavalos eram uma antiga tradição que os romanos apreciavam e, neste contexto, saliente-se a melhoria do Circo Máximo, em Roma, promovida por Júlio César em celebração do seu triunfo de 46 a.C., modificação que incluiu também a construção de uma estrutura de protecção dos espectadores durante as *uenationes*, espectáculos de caça, nos quais intervinham caçadores, a cavalo ou apeados, que combatiam animais ferozes, ou, até mesmo, lutas entre predadores. Foi contudo, no período de transição da República para o Império que as corridas de cavalos se tornaram bastante populares, pelo que, desde Trajano, que as barreiras contínuas se tornaram permanentes. Os circos tiveram grande expressão no mundo antigo – e recorde-se aqui, a título meramente ilustrativo que Nero se apresentou nos Jogos Olímpicos num carro puxado por dez cavalos (Suetónio, VI, XXIV) – mas, em *Olisipo*, a sua implementação ou replantação monumental, parece coincidir com a alvorada deste mundo *novus* que a História apelidou de antiguidade tardia. Com efeito, do circo lisbonense puseram-se a descoberto uma parte da arena e do *euripus* (Duarte e Santos 2003, 179-180), sendo a face exterior da barreira forrada com materiais nobres, como o parece comprovar, para além de pedras aparelhadas, uma placa de mármore rosado ali recolhida. Segundo Ana Duarte e Victor Santos, que procederam ao estudo deste circo, tal edificação monumental – que muito provavelmente terá substituído anterior estrutura, talvez construída noutra lugar e com materiais perecíveis – em época já tardia ter-se-á devido não só ao gosto por este género de espectáculo, mas também a outros factores, estes indissociáveis da própria economia do território. Grande parte da riqueza desta cidade assentava, como se viu, na exportação de *garum* e de cavalos (Mantas 1990^a, 173), cujas particularidades já vinham sendo louvadas, pelo menos desde Terêncio Varrão (lembrando os célebres potros da Lusitânia), encontrando-se atestada a sua criação, quer para fornecimento do exército, quer para o circo, desde o século I, mas com particular incidência no século IV, existindo ainda referência à oferta de um cavalo pelo César Juliano ao Imperador Constâncio II, em 360, e também a menção epistolar do Cônsul Quinto Aurélio Símaco de que, na Península, procurava os melhores cavalos para os jogos que o seu filho iria patrocinar em 401 (Duarte e Santos 2003, 178-179).

De facto, apesar de então se viver uma época de alguma instabilidade em *Felicitas Iulia Olisipo*, que já então encontraria coarctada parte da sua vivência, observou-se, na segunda metade do século III-inícios do IV, um curto período de recrudescimento económico-social que terá coincido, como vimos, com as adaptações realizadas no teatro, com a construção de um (novo) circo monumental e, ainda, com melhoramentos realizados nos *balnea* anexos à grande fábrica de *garum* detectada sob o Milenium bcp, supondo-se que esta estrutura integrasse – num contexto de mudança de gestão destes complexos produtivos – a residência do seu proprietário ou administrador (Bugalhão 2001, 62). Consequentemente, junto ao respectivo *frigidarium*, um tanque quadrangular revestido a *opus Signinum*, encontraram-se também vestígios de um mosaico, na sua quase totalidade destruído pelos alicerces de um forno de tratamento do ferro, coevo do edifício pombalino e que terá sido desactivado na segunda metade do século XIX. E um outro pavimento, parcialmente conservado – ainda que se encontre nalgumas zonas danificado pela ulterior abertura de dois silos muçulmanos³¹, policromo, ostentando singular e complexo fácies organizado em quatro painéis justapostos com ornamentação alternada. Assim temos, ultrapassada a faixa de ligação, as molduras exteriores constituídas por filete e banda de diamantes não contíguos que se prolonga apenas entre dois painéis, onde domina uma banda com meandro de grega interrompida e uma trança de múltiplos cabos que envolve toda a composição central, bem como um entrançado de duas pontas; junto aos degraus de acesso ao *frigidarium*, subsiste uma larga banda com meandro de suásticas, formado a partir de trança de dois cabos. A estrutura decorativa do campo dispõe-se do seguinte modo: *painel A* – composição ortogonal de quadriláteros de peltas, em redor de quadrados direitos com nós de Salomão inscritos e fusos em aspa tangentes e intervalos preenchidos com diamantes –; *painel B* – o campo está preenchido por uma composição ortogonal de linhas de meandros de suásticas com volta simples com pequenos quadrados, apresentando inscritos quadrados menores sobre a ponta –; *painel C* – a sua composição é similar à do quadro A, mas, infelizmente, está muito destruído –; e *painel D* – completamente destruído, mas a sua composição seria idêntica à do B. Refira-se, ainda a propósito do presente tesselado que em toda a bibliografia compulsada apenas

31 Este fenómeno de destruição não é inédito encontrando-se patente noutros locais onde se verificou uma continuidade na ocupação e/ou readaptação do espaço, de que constitui um bom exemplo a *villa* romana de Frielas (Loures).

lográmos encontrar um único pavimento no qual se articulem os modelos decorativos que revestem o campo deste pavimento. Trata-se, pois, de um mosaico do “Tiempo a planta di tipo semitico”, em Tharros (Sardenha), igualmente datado da segunda metade do século III (Amaro e Caetano 1993-94, 283-294; Caetano 2001, 65-82; Id. 2006, 23-34).

Refira-se ainda a propósito que muitas destas obras de construção ou de beneficiação, realizadas aquando do afastamento das elites dominantes para o campo, poderão ter sido patrocinadas – com excepção das termas dos Cássios, cuja inscrição atribui a obra ao governador da Lusitânia – por uma certa burguesia de carácter urbano que, talvez aproveitando o vazio gerado pela ausência da aristocracia, tenha assumido o estatuto social que, há muito, ambicionava. Todavia, o gosto e os valores tradicionais do paganismo que caracterizaram os séculos anteriores não eram já os mesmos que então vigoravam, pois haviam sido temperados pela pluralidade dos fenómenos e pelo próprio tempo. Um tempo de insegurança e de incerteza, mas igualmente de mudança que, juntamente com os novos valores que vicejavam – de entre os quais se destaca a difusão irreversível do Cristianismo –, outros eram recuperados dos confins da História.

6. A contracção de uma cidade

A recessão de *Felicitas Iulia Olisipo* – enquanto espaço urbano – era já, neste período baixo-imperial uma evidência (comum, aliás, ao que sucedeu um pouco por toda a Península Ibérica) que se acentuou, primeiro, por meados do século III com as invasões dos francos e alamanos (Maciel, 1996, 27). Tempos depois, nos finais daquele evo ou inícios do seguinte, a destabilização generalizou-se a todo o Ocidente, à qual obviamente a Península Ibérica não ficou imune e conduziu à construção apressada de uma muralha de protecção contra as investidas dos *populi* germânicos e que – ao exemplo de *Conimbriga* – deixou extra-muros uma parte importante da cidade. Coincidiu, pois, este fenómeno com o período de florescimento das *uillae* e a sua imposição na organização territorial, com os inegáveis benefícios que trouxe para a economia do município, quer com os melhoramentos então efectuados nos espaços domésticos, rústicos e frutuários, quer substituindo-se, de certo modo à cidade, enquanto entidade produtiva. Apesar de não se conhecerem ainda hoje os

precisos limites da cerca então levantada, subsistem alguns indicadores importantes que nos permitem ir cartografando alguns pontos fundamentais. Assim, na sequência das escavações levadas a efeito no claustro da Sé, constatou-se que por esta época se procedeu à interrupção da grande via de acesso ao teatro em três locais por muros e, no «espaço interior entre estas paredes tardias, bem como nas áreas circundantes, apareceram níveis arqueológicos com materiais pertencentes a épocas tardo-romanas imperiais e pós-imperiais, compreendendo “sigillatas” (*sic*) tardias e outros artefactos datados dos séculos IV a VII da nossa era, e, até mesmo, cerâmicas e outros materiais islâmicos de época califal e dos taifas (séculos VIII a X)» (Matos 1994^a, 33). Este facto poderá ter conduzido ou resultado do abandono do teatro – tal como sucedeu com as termas dos Cássios que funcionaram até meados do século IV –, pois, segundo Hauschild (1994, 65) a edificação, sob os *uomitoria*, de uma habitação, datável do século IV ou V, indicará, porventura, que o teatro já se encontraria desactivado. Igualmente, a unidade fabril da Casa dos Bicos, onde se assinalou um conjunto de cinco cetárias, uma delas escavada no próprio solo, dois compartimentos secundários e um pequeno troço de esgoto, parece que laborou em pleno até ao seu encerramento e aterro nos finais daquela centúria, ou inícios do século IV, como resultado da necessidade de se construir, neste período de convulsões, uma muralha (Amaro 1983, 4; Id. 1994, 78)³².

Apesar de a cidade ter sido urbanisticamente truncada com a construção da muralha baixo-imperial, da qual são visíveis alguns troços de silhares almofadados em Alfama (Maciel 1996, 30), enquanto que no Largo de Santo António à Sé, se pôs a descoberto parte do embasamento de um edifício público do período republicano, cujo abandono terá sido coincidente com a construção do referido muramento³³. Este – tal como sucedeu, a título de exemplo, em Évora e em Viseu – terá visado sobretudo a defesa do burgo das

32 Ainda durante a intervenção arqueológica levada a cabo nas salas A e B, no 1.º piso, foram localizados e exumados, entre outros materiais, alguns pequenos fragmentos de mosaico e algumas dezenas de tesselas avulsas, ostentando vestígios da argamassa do assentamento, que se encontram expostas na *Sala Romana* do Museu da Cidade, onde se indica uma cronologia circunscrita ao século III (Caetano 2006, 26).

33 Durante aqueles trabalhos arqueológicos constatou-se igualmente que, mais tarde, se sobrepôs à muralha romana, ainda que de modo não totalmente concordante, a Cerca Moura, observando-se, pois, uma clara opção pelas «soluções de continuidade mas condicionadas pela existência de estruturas anteriores com orientação diferenciada e características construtivas de igual modo distintas» (Vale e Fernandes 1994, 109).

invasões de 273-275, mas se num primeiro momento foi eficaz na sua função, acabou por condicionar o espaço urbano que, espartilhado, iniciou um lento processo de desagregação da sua matriz de feição clássica. E esse fenómeno iniciou-se após a construção da aludida estrutura, pois a necessidade premente em obter-se pedra terá levado ao desmantelamento, parcial ou total, de alguns dos mais emblemáticos edifícios públicos da cidade alto-imperial.

Neste espaço ora amputado, e logo nos começos do século IV, a *ecclesia* – e recordemos aqui que, no seu início, o Cristianismo foi um fenómeno eminentemente urbano – estaria já verdadeiramente institucionalizada em *Olisipo*, pois, aquando da grande perseguição de *Diocletianus*, em 303-305, «Temos nesta cidade como testemunho o sangue derramado pelo nome de Cristo no tempo do governador romano Daciano por parte de mártires como Máxima, Veríssimo e a virgem Júlia»³⁴, que se tornaram nos mais importantes mártires olisiponenses vítimas daquela purga e cujo culto – segundo Maciel (1994, 36) – é bastante provável que fosse comum na época visigótica, porquanto se encontram citados entre os padecedores mais venerados da *Hispania*. Na verdade, esta perseguição, talvez das mais cruéis, foi tida como o último grande esforço do paganismo para sobreviver num meio que se lhe tornara hostil, até porque as mudanças operadas nos dois últimos séculos haviam conduzido a uma mentalidade que não se revia, de modo algum, na religião oficial do Estado. Neste sentido sabe-se, apesar das especulações que a escassez documental proporciona, que Potâmio, um letrado que nos deixou alguns escritos, foi o primeiro bispo olisiponense³⁵, por volta de 343-360, e que depois de convertido ao Arianismo terá retornado à ortodoxia cristã, talvez por altura do concílio de Rimini, em 359 (Alarcão 1994, 63), tendo morrido, no ano seguinte, a caminho da sua *uilla*, «como que documentando a progressiva abertura de *Olisipo* ao campo» (Maciel 1994, 37) e à sequente expansão do cristianismo pelos *agri*, como acaso testemunhará, bastante mais tarde, o epitáfio cristão, ao qual, aproveitando a lápide sepulcral de Átila Máxima, filha de Marco, se acrescentou, uma inscrição bastante rude: «Em nome de Nosso Senhor Jesus

34 Discurso do Arcebispo de Braga, D. João Peculiar, proferido aquando do cerco de Lisboa, a 30 de Junho de 1147 (in www.arqnet.pt).

35 Potâmio, convocado pelo Imperador Constâncio II, participou no Concílio de Sirmium de 357 e trocou correspondência com Santo Atanásio (cfr. Coelho 1994, 75), tudo factos reveladores de que este isolamento da finisterra ocidental foi apenas aparente, porquanto os caminhos do Oriente continuavam activos.



Muralha Romana Tardia de Lisboa, sobre Alfama. © Fotografia de J. Maciel.

Cristo, eu vosso bispo Ildefonso...» (Fontes 1960, 34). E, quando Teodósio, neste mesmo século, impôs o Cristianismo como a religião oficial do Império, através do édito *De Fide Catholica*, em 392, constata-se que se tratou de um mero acto político, pelo que, nessa medida, este também não foi um comportamento novo (Dias 2002, 95)³⁶. Todavia, esta vitória sobre os demais contextos religiosos, permitiu, em pleno século IV, uma mudança na própria arte, ainda, por vezes, bastante arreigada aos cânones clássicos e apesar de utilizar a mesma plasticidade, os conteúdos subjacentes diferenciavam-se pela mensagem a transmitir (Maciel 1994, 105), assumindo a arte, já pelo menos desde Constantino, uma função heurística que, além de colocar o *princeps* num nível superior ao do cidadão comum, encontrava nele o lado visível do divino que o investira da *auctoritas* imperial (Glaz 2002, 480). E, nos tempos subsequentes, foi nesse sentido que a arte, fundindo-se com as suas origens clássicas, evoluiu³⁷.

Apesar dos condicionamentos continuamente impostos à matriz urbana de *Olisipo*, porque, lembre-se que o teatro do século I foi parcialmente demolido e nos finais do século IV ou inícios do V, tal como terá sucedido também com as termas dos Cássios – desconhecendo-se até hoje qualquer referência ou vestígio atribuível a um eventual anfiteatro que uma cidade, com esta importância, deverá ter possuído –, ainda se aproveitava a pedra das ruínas para a construção de pequenas habitações, algumas delas parcialmente edificadas nas estruturas subsistentes (Diogo e Trindade 1999, 87). Refira-se, por outro lado, apesar das múltiplas contrariedades e inseguranças então vividas, não terá existido uma ruptura completa da actividade produtiva, quer na cidade, quer no seu *ager*. Até porque, conforme têm vindo a revelar os achados arqueológicos, a produção de ânforas olisiponenses não cessou com a desagregação da *pars*

36 Aqui aportados importa referir que, nos *agri*, são frequentes as conciliações entre monumentos pagãos e a simbologia cristã, acrescentando-lhes muitas vezes atributos cristãos, por conseguinte, refira-se, a mero título exemplificativo, que, tal como se observa noutros locais, se guardam no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas vários monumentos “cristianizados” que foram recolhidos no *ager* olisiponense (Fontes 1960, 11).

37 Dentre os vários exemplos que poderíamos citar a este propósito, lembramos Virgílio, a quem o próprio Santo Agostinho, séculos depois, chamou o nosso poeta, porque este, de certo modo, antecipara na sua obra os princípios cristãos, não só na inconstância de Eneias que ansiava, a todo o custo, o céu, mas também, numa écloga onde «utilizaba un language mesiánico, inspirado nos modos de Israel, para vaticinar el advenimiento de una edad de oro; una nueva época que llegaría al mundo de la mano de un recién nacido “que tendría la vida de los dioses”. Hoy sabemos que la composición estaba dedicada al hijo recién nacido de Polión, un alto funcionario imperial a quien Virgílio quería homenajear» (Vidal Guzmán 2007, 126).

Occidentalis do Império, porquanto restos e naufrágios de navios desta época revelam que as suas cargas – ao contrário do que sucedera em épocas anteriores – eram diversas, e provavelmente carregadas em diferentes portos, factos, por si só, reveladores da diminuição da produção, mas não da extinção das rotas comerciais, apesar de não se saber se mantiveram ou não os antigos circuitos de distribuição (Fabião 1996, 333-334). Neste contexto, recorde-se, como oportunamente lembrou Blázquez (1993, 106), que por «el Estrecho de Bonifacio o por el sur de Cerdeña pasaban las naves hispanas que llevaban a Roma los minerales, el garum, el vino tarraconense y el aceite hispano, y las que volvían a Hispania con cargas de retorno, como sarcófagos, por lo que las relaciones entre Hispania y Cerdeña debían ser intensas. Esta ruta está confirmada por los hallazgos submarinos». E, na verdade, em plena tardo-antiguidade, *Olisipo* era uma cidade produtora e exportadora, ainda que a níveis muitíssimo inferiores aos de outrora, pelo que sequeentemente conservava alguma influência administrativa, e, a crer-se nesta hipótese, poder-se-á, talvez, encontrar aqui uma justificação para que esta cidade integrasse, juntamente com *Ebora* e *Ossonoba*, as mais antigas dioceses do território hoje português (Mantas 1990^a, 173)³⁸. Nesta medida, e apesar da naturalidade então observada ao nível dos contextos mais diversos do quotidiano e suas manifestações artísticas, a cidade foi um pólo fundamental para a instalação da autoridade eclesiástica, assim como foi um privilegiado centro difusor e ordenador do próprio modelo cristão, fenómeno que se acentuou depois da Fé de Cristo se ter tornado a religião oficial do Império.

7. Entre o fim e o recomeço

Entretanto, entre o final do século IV e os meados do seguinte, o complexo industrial do Millemium bcp – assim como as outras unidades de preparados piscícolas – deixou de laborar, tendo ficado ao abandono. Ainda em época não determinada, o tanque n.º 15 foi reutilizado para uma inumação tardo-romana (Bugalhão 2001, 48 e 161), facto que, aliás não é inédito, porquanto

38 Depois do bispo Potâmio, que governou a *ecclesia* de *Olisipo* ainda em tempos pagãos, o 2.º bispo conhecido, data já dos finais do século VI, chamava-se Paulo e participou em 589 no 3.º concílio de Toledo. Três epitáfios, de Alenquer, em 532, de Cheleiros, em 537, e de Chelas, em 571, mostram que no século VI o Cristianismo se tinha generalizado no território olisiponense (Alarcão 1994, 63).

este tipo de fenómeno se observou noutros pontos da cidade, designadamente na área intra-muros, tendo-se detectado em entulhos, nas escavações do Palácio Penafiel, parte de uma tampa de sepultura, igualmente tardia, com um ramo de oliveira ladeado por duas pombas afrontadas inscritas e um pequeno fragmento de mosaico com parte de uma legenda, [REQ]VEV[VIT], que supomos ter pertencido a um sepulcro cristão com cronologia – atribuída através de do estabelecimento de paralelo com exemplar análogo de Frende – circunscrita ao século V (Caetano 2006, 27). Estes achados, ainda que dispersos, não clarificando as profundas alterações operadas no espaço urbano de *Felicitas Iulia Olisipo*, cujo modelo clássico sucumbiu aos males do tempo o que, de certo modo, nos indicia que o ópido se tornou, como consequência da sua própria retracção³⁹, num espaço rústicizado. E, aqui aportados, mencione-se que uma colecção de lucernas de fabrico grosseiro proveniente do teatro, estudada por Dias Diogo e Eurico de Sepúlveda (2000, 155), sugere não só uma relação com escombros subsequentes ao abandono do teatro, mas atribui-lhe um significado mais amplo fazendo-o depender directamente do aproveitamento das ruínas do teatro por uma ocupação paleocristã, cujo aro cronológico alcança os finais do século VI.

Cada vez mais encerrada no seu próprio espaço e temerosa dos acontecimentos que desde 407 abalaram violentamente a sua estrutura secular, a produção e – sobretudo – a exportação dos produtos transformados foi decaindo, conduzindo ao completo e definitivo abandono de muitas *uillae* e de unidades industriais, transformando *Felicitas*, cidade outrora próspera e afamada pelos seus produtos, num recanto praticamente isolado à beira do fim do mundo. Segundo Ward-Perkins, «a força militar do exército do Ocidente entrou em certo declínio. Na minha opinião, o caos da primeira década do século V teria causado uma queda súbita e dramática dos proventos dos impostos imperiais e assim nos gastos e capacidade militares. Alguns dos territórios perdidos foram temporariamente recuperados na segunda década do século» (2006, 64). Na Hispânia para além das investidas dos povos germânicos – designadamente dos Suevos que, a partir de 429, avassalavam a Galécia, a Lusitânia e a Bética (Rémondon 1984, 134) – e para além das suas ques-

39 Fenómeno igualmente observado em algumas *uillae* olisiponenses, designadamente, em Santo André de Almoçageme, Sintra, e na Quinta da Bolacha, Amadora (cfr: Encarnação 2003, 107-116), onde, em espaços edificados, entretanto abandonados, se descobriram enterramentos infantis, sepultados em telhas.

tiúnculas também religiosas entre arianos e cristãos (descritas, aliás, na *Crónica* de Idácio, Bispo da Galécia, coevo dos acontecimentos), contribuíram igualmente para esse fim: a guerra civil – com Máximo a entronizar-se, na Península, como Imperador do Império do Ocidente, enquanto noutros territórios se iam repetindo as usurpações do poder (Ward-Perkins 2006, 65) –; o surgimento da peste, em 442; e a agitação social com o fenómeno dos *Bagaudas* que também esteve presente na *Hispania*, designadamente, nos anos de 435, 436 e 449 (Lot, 1985, 253). Idácio (308.^a olimpíada) referiu ainda que, em 454, os godos esmagaram os *Bagaudas* da Tarraconense. Consequentemente, neste quadro de caos e violência que sintetizámos e, sobretudo, após os exércitos romanos terem sido batidos, em 439, pelos Suevos, os quais, após a conquista de *Emerita Augusta*, passaram a dominar a *Lusitania* e a *Baetica*.

Em 469, «Lisboa é ocupada pelos Suevos porque (da cidade) fez entrega Lusídio, um dos seus cidadãos que era seu governador. Conhecida esta novidade, os Godos, que, (neste comenos) tinham chegado (aos arrabaldes de Lisboa), invadem (a região) e fazem pilhagens entre os Suevos, do mesmo modo que entre os Romanos que estavam sob o domínio suévico nas regiões da Lusitânia» (Idácio, 312.^a olimpíada). De facto, do texto do clérigo flaviense sobressai a dificuldade em penetrar as muralhas olisiponenses, porquanto foi apenas com a cumplicidade do seu *praeses* que se tomou aquele bastião, depreendendo-se, ainda, que os visigodos ocuparam e saquearam o *ager*. Todavia, a imagem apocalíptica – e não nos podemos esquecer de que ao longo da sua crónica o bispo, provavelmente numa perspectiva escatológica do fim dos tempos, foi intercalando uma série de singulares fenómenos celestes então observados – será exagerada, porquanto, logo que regressou a acalmia dos tempos, grande parte da estrutura económica, social, política e cultural do Império reemergeu, ainda que envergando um outro prospecto (Ward-Perkins 2006, 91), pois «continuavam abertos os caminhos do Mediterrâneo» (Maciel 1996, 61), como o comprovará o envio pelos Suevos, de *Lusidius* como embaixador, à corte do Imperador do Oriente *Anthemius*.

O rápido dismantelamento do poder de Roma, face ao cenário que temos vindo a evidenciar, permitiu aos Visigodos, durante o reinado de Vália, estabelecer uma aliança com o general romano Constâncio, e, depois de acantonarem os Suevos no noroeste peninsular, não mais abandonassem a Hispânia, ainda que a sua chegada em hordas maciças tenha ocorrido apenas entre 453 e 466. E se, num primeiro momento, a autoridade foi partilhada, pelo menos na

capital da Lusitânia, entre Visigodos e Hispano-Romanos (Martin 1999, 32), na verdade, em 585, os Visigodos dominavam toda a Península e Roma perdeu, definitivamente, todo este vasto e rico território. Contudo, «a absorção de suevos e visigodos pelos hispano-romanos só se consumará progressivamente após a conversão do sucessor de Leovigildo, o rei visigótico Recáredo, que abandona o arianismo, após o solene concílio de Toledo de 589» (Coelho 1994, 78).

Desde os fins do século VI e começos do seguinte assistiu-se a um novo período de prosperidade, quer ao nível da produtividade do *ager*, quer da própria cidade de *Olisipo* que, libertando-se do seu casco urbano, reencontrou antigas rotas comerciais com o Oriente, de onde retornavam igualmente novos modelos que, miscigenando-se com os antigos valores romanos e indígenas, manifestaram-se também, de algum modo, na arte paleocristã. Deste período pensa-se que em Santos-o-Velho terá existido uma igreja dedicada aos mártires lisboenses (Alarcão 1994, 63) e, provavelmente no lugar onde se implantara a basílica romana, ter-se-á erigido uma outra igreja que se tornou na mesquita-aljama e, depois de 1147, terá cedido lugar à Sé Catedral: «Os espaços sagrados mudam de sinal mas perduram» (Coelho 1994, 75). Todavia, têm-se trazido à colacção outras teses, designadamente a que defende «o facto, também presumível, de o espaço onde séculos mais tarde se implantou a Catedral românica não ser o centro da cidade pós-romana, uma vez que existem indícios de a primitiva basílica paleocristã ter sido instalada num outro ponto da malha urbana, designadamente na Igreja de Santa Cruz do Castelo e não no sítio da Sé» (Fernandes 2002, 60 e n. 11). Incrustada na parede norte da Sé permaneceu, longos séculos, um fragmento de um friso com baixo-relevo, uma *Placa do Paraíso*, datável do século VI ou VII e ostentando três arcos em ferradura envolvidos numa cercadura vegetalista e no vão central representam-se duas aves afrontadas, enquanto que nos laterais quadrúpedes tirados de perfil, encontrando-se em deles muito desgastado, de nítida influência bizantina; do mesmo local provém um ábaco com decoração vegetalista e idêntica datação⁴⁰. Das manifestações artísticas tardias desta cidade, destacam-se, ainda, parte de um friso de pilastra finamente lavrado com motivos geométricos e florais (Coelho 1994, 75-77), cuja cronologia tradicional lhe atribui um fabrico de contexto visigótico (Rua dos Bacalhoeiros) e com proveniência do antigo convento de

40 Mais recentemente, estas cronologias têm sido revistas e vários autores, inclusive, consideram-mas obras moçarábicas do século X (Fernandes 2002, 67-68).

São Félix (Chelas) e, igualmente amaciada pela influência bizantina, um fragmento de pilastra, ostentando nos quatro lados a repetição da ornamentação: grifos envoltos em círculos formados por festões e folhagem; dali provém também um silhar com leões esculpidos em baixo-relevo, apontando-se para estas duas distintas peças uma cronologia circunscrita aos séculos V a VII (Hauschild 1986, 167 e 169)⁴¹.

Este período de florescimento foi abruptamente cerceado com a invasão islâmica, e a cidade tombou em 714. Durante este período de ocupação, a *Olisipo* romana e paleocristã transmudou-se na *Aluxbona* moura: «Lisboa está a ocidente de Beja. É uma cidade antiga edificada à beira-mar cujas vagas se vêm quebrar contra as suas muralhas. O seu antigo nome é *Cudia*. As muralhas são admiráveis e de boa construção. A porta ocidental, a maior da cidade, é encimada por arcos sobrepostos que assentam em colunas de mármore, por sua vez apoiadas em envasamentos de mármore. Lisboa possui uma outra porta que se abre a Ocidente: chamam-lhe Porta de Alfafa. Domina um vasto plaino atravessado por duas ribeiras que vão lançar-se no mar. Ao Sul encontra-se outra porta, a Porta do Mar, na qual penetram as ondas na maré-cheia, e vêm, numa altura de três braços, bater contra a muralha contígua. A Leste, uma porta, dita Porta de Alfama, que fica próxima da fonte termal situada junto ao mar. São termas abobadadas nas quais brota água quente e água fria e que a maré-cheia cobre. Finalmente, uma porta a leste, a Porta do Cemitério. A cidade de Lisboa é, por sua própria natureza, bela...» (Almunime Alhimiyari, in Coelho 1989, I, 59-60). Cultos e tolerantes com as gentes tardo-romanas, os islâmicos permitiram-lhes conservar a sua fé em troca de determinado pecúlio – com templos moçárabes atestados em Milides (a antiga *Cella* de Colares) e, no *topos* serrano sobre o Cabo da Roca, a ermida de São Saturnino – e, apesar das investidas normandas dos séculos IX e X (cfr., v.g., Coelho 1989) e das convulsões dos reinos islâmicos na Península Ibérica, ora entre si, ora empur-

41 Ou, no contexto que também evidenciamos na nota *supra*, uma datação igualmente moçárabica. Paulo Almeida Fernandes afirma no aludido estudo que considera também que foi na Península Ibérica «que a arte paleocristã mais se prolongou no tempo, através das comunidades hispano-romanas – maioritárias perante a elite dirigente visigótica» e adiante refere que «esta influência paleocristã é também importante não apenas de um ponto de vista estilístico. Ela ajuda a compreender as múltiplas vias de criação iconográfica do grupo moçárabe de Lisboa» (2002, 81). Aqui aportados, e perante uma aparente contradição quer cronológica, quer estilística ou autoral, acreditamos vivamente na necessidade de se proceder a uma revisão mais aprofundada destas novas cronologias apontadas.

rados pela reconquista asturiana, mantiveram o brilho que o correr dos tempos lhes fora ditando:

*É um cavalo negro que pertence à família dos garanhões
Aluají e Lahíque. A noite serve-lhe de veste
e a aurora pôs malhas brancas nos seus cascos.*

(Ibne Asside, in Coelho 1989, I, 256)

Por isso, quando os cruzados – vindos do norte feudal – amaram defronte das muralhas, em 1147, espantaram-se porque se viram perante «o mais opulento centro comercial de toda a África e duma grande parte da Europa (...). Os seus terrenos, bem como os campos adjacentes, podem comparar-se aos melhores, e a nenhum são inferiores, pela abundância do solo fértil, quer se atenda à produtividade das árvores, quer à das vinhas. É abundante de todas as mercadorias, ou sejam de elevado preço ou de uso corrente; tem ouro e prata. Não faltam ferreiros. Prospera ali a oliveira. Nada há nela inculto ou estéril; antes os seus campos são bons para toda a cultura. Não fabricam o sal: escavam-no. É de tal modo abundante de figos, que nós a custo pudemos consumir uma parte deles. Até nas praças vicejam os pastos. É notável por muitos géneros de caça: não tem lebres, mas tem aves de várias espécies» (pseudo-Osberno, in Oliveira 1936, 59).

Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge de (1982) – «O Teatro Romano de Lisboa», in *El Teatro en la Hispania Romana*. Badajoz, p. 287-302.
- ALARCÃO, Jorge de (1983) – *Portugal Romano*, 3.^a edição, col. "História Mundi". Lisboa: Editorial Verbo.
- ALARCÃO, Jorge de (1986) – «Arquitectura romana», in *História da Arte em Portugal* [Coordenação de Jorge de Alarcão], vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, p. 75-109.
- ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Edições Europa-América.
- ALARCÃO, Jorge de (1994) – «Lisboa romana e visigótica», in *Lisboa Subterrânea (Catálogo)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 58-63.
- ALMEIDA, Justino Mendes de (1985) – «Olisipo na voz dos autores antigos», in *Lisboa: Revista Municipal*, ano XLVI, 2.^a série, n.º 11. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 3-12.
- ALVES, Francisco (1994) – «Lisboa Submersa» in *Lisboa Subterrânea (Catálogo)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 76-79.
- ALVES, Manuel dos Santos (1996) – «O Mito de Ulisses ou a queda na História», in *Literatura Comparada: Os Novos Paradigmas*. Porto: Associação Portuguesa de Literatura Comparada, p. 569-574.
- AMARO, Clementino (1994) – «A Indústria Conserveira na Lisboa Romana», in *Lisboa Subterrânea (Catálogo)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 76-79.
- AMARO, Clementino (1994^a) – «A indústria de salga de peixe na Baixa pombalina», in *O Livro de Lisboa* [Coordenação de Irivalva Moita]. Lisboa: Livros Horizonte, p. 69-74.
- AMARO, Clementino (1995) – *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*. Lisboa: Fundação Banco Comercial Português.
- AMARO, Clementino e CAETANO, Maria Teresa (1993-94) – «Breve nota sobre o complexo romano da Rua Augusta (Lisboa)», in *Conimbriga*, vols. XXXII-XXXIII. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 283-294.
- ARRUDA, Ana Margarida (1994) – A Península de Lisboa entre o Norte atlântico e o Oriente mediterrânico nos inícios do 1.º milénio a.C.» in *Lisboa Subterrânea (Catálogo)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 52-57.
- AVIENO (1992) – *Orla Marítima* [Introdução, versão do latim e notas de José Ribeiro Ferreira], "Textos Clássicos – 23". Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

- AZEVEDO, Luis Antonio de (1815) – *Dissertação Critico-Filologico-Historica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendiveis circunstancias da erecção do Tablado e Orquestra do Antigo Theatro Romano, descoberto na excavação da Rua de São Mamede perto do Castelo desta Cidade, com a intelligencia da sua inscrição em honra de Nero, e noticia instructiva d'outras memorias alli mesmo achadas, e atégora apparecidas*. Lisboa.
- AZEVEDO, Luis Marinho de (1652) – *Fundação, antiguidades e grandezas da Muy insigne cidade de Lisboa e seus varoens illustres em Santidade, armas & letras. Catalogo de seus prelados, e mais cousas Ecclesiasticas, & Politicas entre o anno 1147, em que foy ganhada aos Mouros por ElRey D. Afonso Henriquez*, 2 vols. Lisboa: Oficina Craesbeckiana.
- BASTOS, Leite (s.d.) – «Recordações de Lisboa romana e de Lisboa oitocentista», in *Olisipo*, n.ºs 139/40, anos XXXIX/XL. Lisboa, p. 99-105.
- Bíblia Sagrada* (1974). Nova Edição Papal: C. D. Stampley Ent., Inc.
- BLÁZQUEZ, Jose Maria (1993) – *Mosaicos Romanos de España*. Madrid.
- BLOT, Maria Luísa Pinheiro (2002) – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*, in *Trabalhos de Arqueologia*, 28. Lisboa: IPA.
- BRITO, Fr. Bernardo de (1973) – *Monarquia Lusitana*, parte primeira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BUGALHÃO, Jacinta (2001) – *A indústria romana de transformação e de conserva de peixe em Olisipo – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*, *Trabalhos de Arqueologia*, 15. Lisboa: IPA.
- BUGALHÃO, Jacinta (2003) – «Mandarim Chinês, Lisboa – Contextos Romanos», in *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana (10-12 de Novembro de 2000)*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora/Museu Municipal de Arqueologia, ARQA, p. 127-146.
- BUGALHÃO, Jacinta, SABROSA, Armando e MONTEIRO José Luís (1994) – «BCP – Rua Augusta/Rua dos Correeiros. Campanha de 1993/94», in *Al-madam*, II.^a série, n.º 3. Almada, p. 110.
- CAETANO, Maria Teresa (1999) – «Contributos para o estudo das lendas de Nossa Senhora da Peninha», in *Etnografia da Região Saloia. A Diversidade do Quotidiano*. Sintra: Instituto de Sintra, p. 17-44.
- CAETANO, Maria Teresa (2001) – «Mosaicos romanos de Lisboa. I – A “Baixa Pom-balina”». in *Conimbriga*, vol. XL. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 65-82.

- CAETANO, Maria Teresa (2006) – «Mosaicos de *Felicitas Iulia Olisipo* e do seu Ager», in *Revista de História da Arte*, n.º 2. Lisboa: Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, p. 23-35.
- CAETANO, Maria Teresa (2007) – «Opera musiu: uma breve reflexão sobre a origem, difusão e iconografia do mosaico romano», in *Revista de História da Arte*, n.º 3. Lisboa: Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, p. 53-83.
- CAMPOS, Manoel Joaquim de (1906) – «Acquisições do Museu Ethnologico Português», in *O Archeologo Português*, XI. Lisboa, p. 284-295.
- CASTILHO, Julio de (1884) – *Lisboa Antiga, Segunda Parte (Bairros Orientais)*, tomo I. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- COELHO, António Borges (1989) – *Portugal na Espanha Árabe*, 2 vols. Lisboa: Editorial Caminho.
- COELHO, António Borges (1994) – «O Domínio Germânico e Muçulmano», in *O Livro de Lisboa* [Coordenação de Irisalva Moita]. Lisboa: Livros Horizonte, p. 75-88.
- COUTINHO, Hélder Manuel Ribeiro (1996) – «As estátuas de Sileno e o baixo-relevo de Melpómene do Teatro Romano de Lisboa», in *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro* [Coordenação de M. Justino Maciel]. Lisboa: Edições Colibri, p. 129-144.
- CRAVINHO, Graça (1993-94) – «Algumas peças da *villa* de Freiria (Cascais)», in *Conimbriga*, vols. XXXII-XXXIII. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 333-348.
- DIAS, Maria Manuela Alves (2002) – «A religião romana e a Lusitânia. Uma perspectiva geral», in *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 93-96.
- DIOGO, A. M. Dias e SEPÚLVEDA, Eurico de (2000) – «As lucernas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, n.º 1. Lisboa: IPA, p. 153-161.
- DIOGO, A. M. Dias e TRINDADE, Laura (1999) – «Ânforas e sigillatas tardias (claras, focenses e cipriotas) provenientes das escavações de 1966/67 do teatro romano de Lisboa», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, n.º 2. Lisboa: IPA, p. 83-95.
- DUARTE, Ana e SANTOS, Victor (2003) – «A Barreira do Circo de *Olisipo*», in *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana (10-12 de Novembro de 2000)*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora/Museu Municipal de Arqueologia, ARQA, p. 177-186.

- ENCARNAÇÃO, Gisela (2003) – «A villa romana da Quinta da Bolacha. Um caso de arqueologia urbana», in *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana (10-12 de Novembro de 2000)*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora/Museu Municipal de Arqueologia, ARQA, p. 107-116.
- ÉTIENNE, Robert (1974) – *Le Culte Imperial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste a Dioclétien*. Paris: Editions E. de Boccard.
- ÉTIENNE, Robert (2002) – «Novidades sobre o Culto Imperial na Lusitânia», in *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 97-104.
- FABIÃO, Carlos (1992) – «O Passado Proto-Histórico e Romano», in *História de Portugal* [Direcção de José Mattoso], I vol. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 77-299.
- FABIÃO, Carlos (1994) – «O monumento romano da Rua da Prata», in *Lisboa Subterrânea (Catálogo)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 67-69.
- FABIÃO, Carlos (1996) – «Comércio dos produtos da Lusitânia transportados em ânforas no Baixo-império», in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado: Actas das Primeiras Jornadas Sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações D. Quixote, p. 329-342.
- FARIA, António Marques (2002) – «Virtutes e cidades privilegiadas no ocidente hispânico», in *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 175-178.
- FERNANDES, L. S. (2005) – «*C. Heius Primus, augustales perpetuus*. Teatro e encenação do poder em *Olisipo*», in *Máthesis*, 14, p. 29-40.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2002) – «O sítio da sé de Lisboa antes da Reconquista», in *Artis*, n.º 1. Lisboa: Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 57-87.
- FIGUEIREDO, Borges de (1889) – «As Thermas dos Cassios em Lisboa», in *Revista Archeologica*, III vol. Lisboa: Academia Real das Ciências, p. 149-154.
- FONTES, Joaquim (1960) – *Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas*. Sintra: Publicações da Câmara Municipal de Sintra.
- GLAY, Marcel le (2002) – *Grandeza y Caída del Imperio Romano*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- GÓIS, Damião de (1988) – *Descrição da Cidade de Lisboa* [Tradução do texto latino, introdução e notas de José da Felicidade Alves]. Lisboa: Livros Horizonte.
- GORGES, Jean-Gérard (1974) – *Les Villas Hispano-Romaines (Inventaire et Problématique Archéologiques)*. Paris: Publications du Centre Pierre.
- GUERRA, Amílcar (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Edições Colibri.

- HAUSCHILD, Theodor (1986) – «Arte Visigótica», in *História da Arte em Portugal* [Coordenação de Jorge de Alarcão], vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, p. 149-169.
- HAUSCHILD, Theodor (1994) – «O teatro romano de Lisboa», in *Lisboa Subterrânea (Catálogo)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 64-66.
- HENRIQUES, Ana (2006) – «Vestígios de Fábrica de pitéus Romanos descobertos perto da Torre de Belém», in *Público (Local)*. Lisboa: 6 de Março.
- HOLANDA, Francisco de (1984) – *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa* [Introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves]. Lisboa: Livros Horizonte.
- HÜBNER, Emílio (1868) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II vol. Berlim (= CIL II).
- HÜBNER, Emílio (1871) – *Notícias Archeológicas de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- IDÁCIO (1982) – *Crónica. Descrição da invasão e conquista da Península Ibérica pelos Suevos (séc. V)* [Versão e anotações de José Cardoso]. Braga: Universidade do Minho, 1982.
- JORDAM, F. A. (1874) – *Relação do Castello e Serra de Cintra e do que há que ver em toda ella*, 2.^a ed. Coimbra.
- LAMBRINO, Scarlat (1953) – *Les inscriptions de São Miguel d'Odrinhas* (separata do *Bulletin des Études Portugaises*, vol. XVI).
- LOMBARDO, Giovanni (2003) – *A Estética da Antiguidade*. Lisboa: Editorial Estampa, 2003.
- LOPES, Maria da Conceição – *A Cidade Romana de Beja: Percursos e debates em torno de Pax Iulia*, 2 vols. Coimbra: Instituto de Arqueologia.
- LOT, Ferdinand (1985) – *O fim do Mundo Antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Edições 70.
- MACIEL, M. Justino (1993-94) – «A propósito das chamadas “Conservas de Água da Rua da Prata”», in *Conimbriga*, vol. XXXII-XXXIII. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 145-156.
- MACIEL, M. Justino (1994), «Lisboa romana» in *Olisipo (Número especial Comunicações ao Simpósio Lisboa em Discussão)*, II série, n.º 1. Lisboa: Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”, p. 33-42.
- MACIEL, M. Justino (1995) – «A arte da Época Clássica», in *História da Arte Portuguesa* [Direcção de Paulo Pereira], vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 79-102.
- MACIEL, M. Justino (1995^a) – «A arte da Antiguidade Tardia (séculos III-VIII, ano de 711) – O contexto romano (séculos III-IV)», in *História da Arte Portuguesa* [Direcção de Paulo Pereira], vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 103-152.

- MACIEL, M. Justino (1996) – *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: Edição do Autor.
- MACIEL, M. Justino (2005) – «Olhares do Historiador da Arte perante o discurso oficial do Cristianismo», in *Revista de História da Arte*, n.º 1. Lisboa: Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2005, p. 15-45.
- MACIEL, M. Justino (2006) – «Do teatro grego ao teatro romano de Lisboa», in *Revista de História da Arte*, n.º 2. Lisboa: Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, p. 13-21.
- MAIA, Manuel (1982-83) – «*Decimus Iunius Brutus* e o significado do amuralhamento de *Olisippo*», in *Sintria*, I-II (1). Câmara Municipal de Sintra: Gabinete de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia, p. 95-106.
- MANTAS, Vasco Gil (1990) – «A Lusitânia e o Mediterrâneo: Identidade e Diversidade numa Província Romana», in *Arquivo de Beja. Actas das III Jornadas Culturais Identidades e Globalização*, tomo I. Beja: Câmara Municipal de Beja, p. 151-167.
- MANTAS, Vasco Gil (1990^a) – «As cidades Marítimas da Lusitânia», in *Les Villes de la Lusitane Romaine. Hiérarchies et Territoires (Table-ronde de Talence, 1988)*. Paris: CNRS, p. 149-205
- MANTAS, Vasco Gil (1994) – «Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana», in *Lisboa Subterrânea (Catálogo)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 70-75.
- MANTAS, Vasco Gil (1996) – «Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos no Tejo e no Sado», in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado: Actas das Primeiras Jornadas Sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações D. Quixote, p. 343-371.
- MANTAS, Vasco Gil (2002) – «Os exércitos, a força, a vitória e seus deuses no contexto da província da Lusitânia», in *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 111-117.
- MARQUES, Gustavo (1982-83) – «Aspectos da Proto-História do território Português», *Sintria*, vol. I-II (1). Câmara Municipal de Sintra: Gabinete de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia, 1982-83, p. 59-88.
- MARTIN, Jean-Pierre (1999) – *As Províncias Romanas da Europa Ocidental e Central de 31 a.C. a 235 d.C.* Mem Martins: Publicações Europa-América.
- MATOS, José Luís (1966) – *Subsídios Para Um Catálogo da Escultura Luso-Romana*, 1.ª Parte. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Dissertação de Licenciatura (exemplar policopiado).
- MATOS, José Luís (1994) – «As escavações no interior dos claustros da Sé», in *O Livro de Lisboa [Direcção de Irisalva Moita]*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 32-34.

- MATOS, José Luís (1996) – «A Romanização inicial, os mares e os rios», in *Miscellanea de Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro* [Coordenação de M. Justino Maciel]. Lisboa: Edições Colibri, p. 331-338.
- MOITA, Irisalva (1970) – «O Teatro Romano de Lisboa», in *Revista Municipal*, ano XXX, n.º 124 -5. Lisboa, p. 7-37.
- MONTANELLI, Indro (2006) – *História de Roma da Fundação à Queda do Império*. Lisboa: Edições 70.
- MOREIRA, José Beleza (2002) – *Cidade romana de Eburobrittium (Óbidos)*. Porto: Mimesis.
- MOREL, Jean-Paul (1992) – «O Artesão», in *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, p. 179-202.
- MOURÃO, Cátia – «*Mirabilia Aquarum*» – *Motivos aquáticos em mosaicos romanos de Portugal*. Lisboa: Fundação EPAL (no prelo).
- NASCIMENTO, Aires A. (2006) – *Ulisses em Lisboa: mito e memória*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa (Classe de Letras), 2006 (in www.acad-ciencias.pt).
- OLIVEIRA, José Augusto (1936) – *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147): Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa.
- PIMENTA, Frederico Coelho (1982-83) – «Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra», in *Sintria*, vol. I-II (1). Câmara Municipal de Sintra: Gabinete de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia, p. 117-150.
- PIMENTA, João *et alii* (2005) – «Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, n.º 2. Lisboa: IPA, p. 313-334.
- RESENDE, André de (1790) – *De Antiquitatibus Lusitaniæ*, tomus I. Conimbricæ: Typographia Academico-Regia.
- RIBEIRO, José Cardim (1982-83) – «Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*», in *Sintria*, I-II (1). Câmara Municipal de Sintra: Gabinete de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia, p. 151-476.
- RIBEIRO, José Cardim (1983) – «Contributos para o conhecimento de cultos e devoções de cariz aquático relativos ao território do Município olisiponense», in *Boletim Cultural*, n.º 89, 1.º tomo. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, p. 331-369.
- RIBEIRO, José Cardim (1989-90) – «Romanização e romanidade na “Zona W” do Município Olisiponense», in *Jornal de Sintra*. Sintra: Tipografia Medina [27/10/1989, 3/11/1989, 10/11/1989, 17/11/1989, 24/11/1989, 1/12/1989, 8/12/1989,

- 15/12/1989, 22/12/1989, 5/1/1990, 12/1/1990, 19/1/1990, 26/1/1990, 2/2/1990, 9/2/1990, 16/2/1990, 23/2/1990, 2/3/1990, 9/3/1990, 16/3/1990, 23/3/1990].
- RIBEIRO, José Cardim (1994) – «*Felicitas Iulia Olisipo*. Algumas considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea» in *Al-madam*. II série, n.º 3. Almada, p. 75-95.
- RODRIGUES, Nuno Simões (2005) – *Mitos e Lendas: Roma Antiga*. Lisboa: Livros e Livros.
- RUCQUOI, Adeline (1995) – *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SABROSA, Armando José (1996) – «Necrópole romana do Porto dos Cacos (Alcochete)», in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado: Actas das Primeiras Jornadas Sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações D. Quixote, p. 283-300.
- SEPÚLVEDA, Eurico et alii (2002) – «A cronologia do circo de Olisipo: a Terra Sigillata», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 5, n.º 2. Lisboa: IPA, p. 245-275.
- SILVA Augusto Vieira da (1940) – *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a História da Lisboa Romana)*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa (= *Ep. Olis.*).
- SOUSA Élvio Melim de (1988) – «Relatório da 3.ª campanha de escavações da *Villa* romana de Santo André de Almoçageme (Julho-Novembro de 1987)», in *Jornal de Sintra*. 18 de Março.
- SOUSA, Élvio Melim de (1996) – «Cerâmicas ditas campanienses e de imitação conservadas no Museu Regional de Sintra», *Conimbriga*, vol. 35. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 37-58.
- SOUSA, Frei Luís de (1977) – *História de S. Domingos* [M. Lopes de Almeida], Vol. I, "Tesouros da Literatura e da História". Porto: Lello & Irmão – Editores.
- SOUZA, Vasco de (1990) – *Corpus Signorum Imperii Romani. Corpus der Skulpturen der Römischen Welt Portugal*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
- TORRES ORTIZ, Mariano (2005) – «¿Una colonización tartésica en el interfluvio Tejo-Sado durante la Primera Edad del Hierro?», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, n.º 2. Lisboa: IPA, p. 193-213.
- VALE, Ana Luísa e FERNANDES, Lídia (1994) – «Intervenção arqueológica no Largo de St.º António da Sé», in *Al-madam*, II.ª série, n.º 3. Almada, p. 109.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1913) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- VIDAL GUZMÁN, Gerardo (2007) – *Retratos de la Antigüedad Romana y la Primera Cristiandad*. Madrid: RIALP.
- VITRÚVIO (2006) – *Tratado de Arquitectura* [Tradução do Latim, Introdução e Notas: M. Justino Maciel; Ilustrações: Thomas Noble Howe]. Lisboa: IST Press.
- WAGNER, Carlos G. (2005) – «Fenícios en el Extremo Occidente: conflicto y violencia en el contexto colonial arcaico», in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, n.º 2. Lisboa: IPA, p. 177-192.
- WARD-PERKINS, Bryan (2006) – *A Queda de Roma e o Fim da Civilização*. Lisboa: Alêtheia Editores.